ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

ano 49 — Série VII — N.º 365
8 de Janeiro de 1981

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

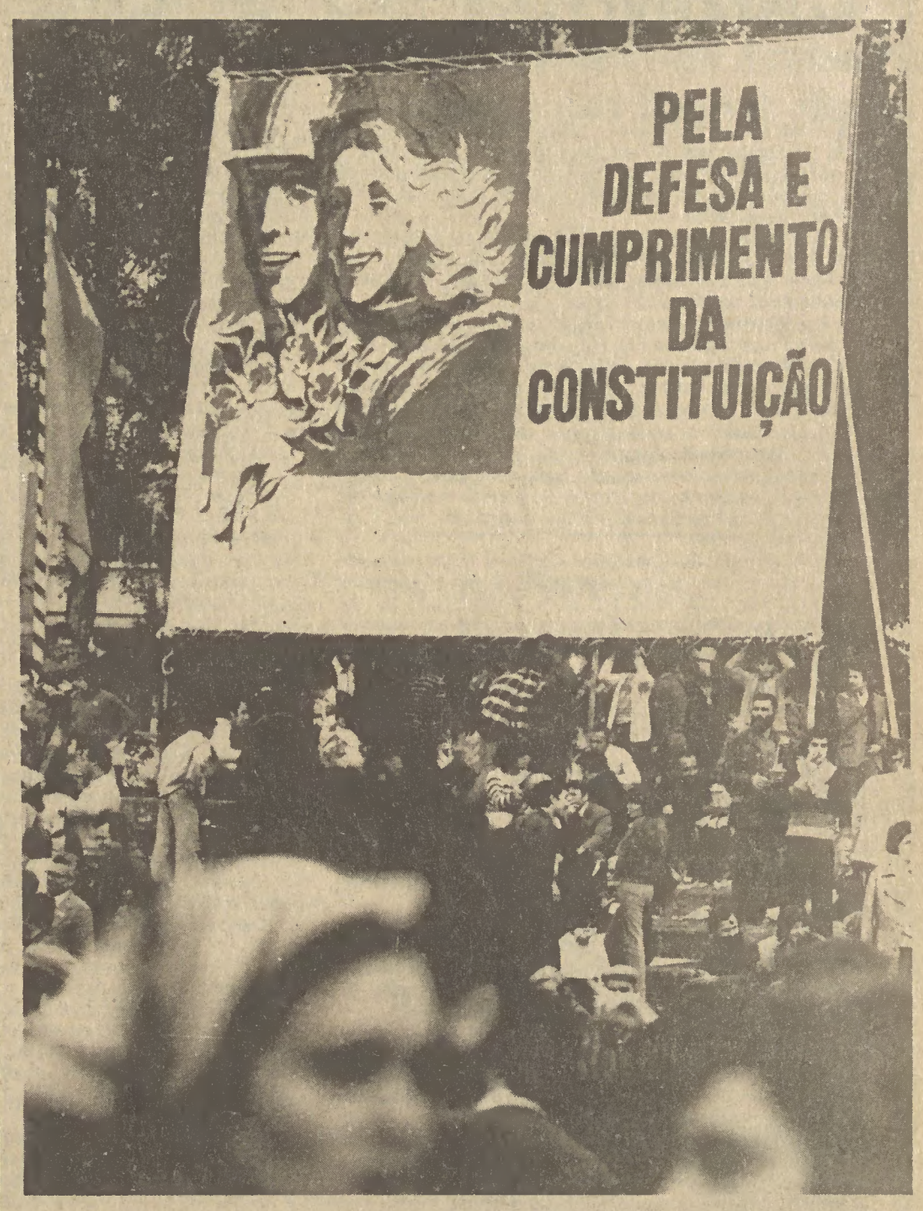
Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Avante! redacção

Um mau governo para uma má política

O Governo Balsemão confirma, na sua composição e nas peripécias da sua formação, que a direita no Poder continua a sua política antipopular e antinacional.
A resposta democrática encontra-se não em concessões ou «tréguas» mas no fortalecimento da unidade e da luta

pág. 3



O PCP e a revisão da Constituição

O que disse já o Partido Comunista Português sobre a Constituição e a sua revisão?

Pág. 8

ESCÂNDALO "AD" NO ENSINO

Os Ministérios da Educação e das Finanças da «AD» não se entendem e a direita no Poder sacrifica professores, trabalhadores e alunos no falhanço da sua política eleitoralista

Pág. 6

A «factura» do aumento de preços não pára de aumentar

Pág. 2

Um trabalho difícil numa frente difícil – *as comissões de trabalhadores*

Pág. 5

Editorial FECHAR OS NOVOS CAMINHOS DO GOLPE

Editorial

FECHAR OS NOVOS CAMINHOS DO GOLPE

As forças democráticas, a classe operária e todos os trabalhadores, os portugueses das classes e camadas médias do povo, têm diante de si tarefas novas e condições novas para garantir e dar continuidade às vitórias alcançadas.

Uma alternativa democrática deve desde já estar nas preocupações e nos esforços políticos concretos de todos os que querem salvar para as gerações vindouras o património libertador de Abril.

Essas novas tarefas têm de partir do facto essencial de a reacção, configurada na «AD», ter ainda nas suas mãos o Governo e a maioria parlamentar, importantes meios para retomar a ofensiva contra a democracia e preparar, a partir dessas posições, as soluções de continuidade indispensáveis à concretização dos seus objectivos antipopulares e anticonstitucionais.

E partir também deste outro facto essencial: as forças democráticas têm de dar expressão política consequente e plena à extraordinária vitória arrancada em 7 de Dezembro de 1980.

Portugueses de formações políticas muito diversas responderam com uma terminante negativa ao plano subversivo da «AD».

Uma resposta democrática tem agora de ser urgentemente articulada para impedir que os projectos da reacção se concretizem.

Que situação nova vivemos, que tarefas novas tem diante de si o Povo português?

No momento actual duas preocupações parecem dominar os jerarcas da «AD»:

Uma, a reformulação drástica do projecto golpista da Aliança reaccionária à luz da profunda derrota política sofrida em 7 de Dezembro;

Outra, a tormentosa readaptação às novas condições criadas, as quais põem directamente em causa a própria existência da coligação governamental.

A reformulação do projecto golpista da «AD» implica necessariamente para a reacção a busca de novos caminhos, de novas fórmulas para tentar levar avante a destruição do regime democrático e a restauração do poder económico e político do grande capital.

A retumbante derrota de Dezembro de 80, agravada com o desaparecimento em condições trágicas do principal arquitecto e executor dos planos ocultos da «AD», Sá Carneiro, lançou a consternação e a desorientação nas fileiras reaccionárias, impôs-lhes novos problemas complexos e inesperados, acarretou-lhes graves questões de sobrevivência política neste incerto dealbar de 1981.

Como justamente disse Álvaro Cunhal ao «Avante!» na semana passada «o que caracteriza o fim do ano na vida portuguesa é a derrota estrondosa através das eleições presidenciais do plano subversivo da «AD» para a liquidação do regime democrático».

Convém aqui referir que não foi apenas a imensa maioria dos cidadãos eleitores civis mas também, ao que se sabe, de maneira igualmente expressiva, a dos cidadãos eleitores fardados dos três ramos das Forças Armadas e das forças militarizadas — soldados, sargentos e oficiais — que resolutamente se pronunciaram contra o projecto golpista da «AD», recusando o voto no general de S. Nicolau.

Esta circunstância teve visivelmente efeitos devastadores nos arraiais subversivos do «directório» e dos conspiradores do 24 de Abril.

A via do golpe através de uma conspiração militar de direita tornou-se praticamente inviável, perigosa e cheia de riscos para a reacção.

Doravante é em condições de derrota, de notória insegurança, de profunda crise interna, que as ambições hegemónicas da «AD» terão de ser reformuladas.

Porque, uma questão importante deve desde já estar presente nas preocupações e na acção das forças democráticas:

O plano subversivo da «AD» foi derrotado mas os seus objectivos essenciais permanecem.

Em que base, sob que formas, se esboçam neste momento os esforços da reacção para levar por diante a concretização desses objectivos?

Que condições existem para derrotar de novo e decisivamente os planos de subversão da Aliança reaccionária?

É aos domínios do executivo e do legislativo que vão de imediato confinar-se os esforços da direita governante para o reinício de uma nova escalada do poder político absoluto.

A presença no Governo Balsemão de ministros tão desclassificados como Cardoso e Cunha, que a CAP impõe para a direcção do MAP, e de ultra-reaccionários como Ângelo Correia, Carlos Macedo, Ferreira do Amaral e outros, mostra que o novo Governo se propõe continuar na via das brutais infracções à legalidade democrática, da ofensiva violenta contra o povo trabalhador, da venda da nossa independência nacional a troco da protecção imperialista aos objectivos reaccionários.

No plano legislativo a revisão inconstitucional da Constituição e a promulgação de leis inconstitucionais continuam a ser um objectivo primacial da reacção coligada.

A batalha da Constituição é, pois, nos dias mais próximos, a que se reveste de maior importância política para os destinos imediatos e à distância da democracia portuguesa.

Momentaneamente o terreno de acção prioritária das forças reaccionárias vai transferir-se dos sombrios gabinetes do «directório» para o hemiciclo da Assembleia da República.

O golpismo vai agora preferentemente enroupar-se com as vestes da «democracia» para tentar romper os limites formais e materiais da revisão constitucional e impor o reordenamento jurídico do Estado português favorável aos objectivos centrais da reacção.

As aparentes divergências no seio da «AD» acerca do projecto de revisão constitucional a apresentar à Assembleia da República incidem, naturalmente, não sobre o conteúdo mas sob a forma das propostas de revisão a submeter ao Parlamento.

No projecto da autoria de Freitas do Amaral tudo está subordinado à perpetuação da «AD» como força governante, à liquidação das conquistas de Abril, à restauração do poder político e económico do grande capital, ao restabelecimento de uma nova ditadura.

Todo o projecto está impregnado da tónica geral da guerrilha institucional que tem caracterizado a conduta da «AD» no Governo e fora dele sob a forma de articulado «constituinte», em primeiro lugar, dirigido contra o Presidente Eanes, reeleito em Dezembro com uma esmagadora maioria do voto popular.

O órgão de soberania Presidente da República ficaria, nos termos do projecto de Freitas do Amaral inteiramente manietado para quaisquer necessárias iniciativas presidenciais susceptíveis de assegurar o funcionamento normal das instituições democráticas actualmente expressas na Constituição da República.

A impossibilidade de o PR exonerar o Governo «AD», de dissolver a AR e promulgar novas eleições passaria a ter, pelo projecto Freitas do Amaral, «figura» constitucional.

Da mesma forma o direito de veto do PR contra quaisquer leis arbitrárias da «AD» ficaria impossibilitado.

Na criação de um «Conselho de Estado», em substituição do CR, o projecto Freitas do Amaral asseguraria desde já uma maioria favorável à «AD» vedando quase totalmente ao PR uma necessária acção para restabelecer o funcionamento normal das instituições.

De maneira significativa o projecto da Comissão da «AD» dirigida por Freitas do Amaral daria «toda» a iniciativa ao PR para ... adoptar a forma do referendo não só quanto a questões de ordem regional como nacional.

Descaradamente: revisão constitucional com os dois terços ou, na impossibilidade, pelo referendo «decidido» pelo PR de «acordo», claro está, com o Governo e a maioria «AD» na AR!

A liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária (Freitas do Amaral diz no seu projecto que não se propõe acabar com a Reforma Agrária, não senhor; somente a designação passaria a chamar-se de «Política Agrária»...) lá está com todas as letras como exigência de integração na CEE.

Freitas do Amaral diz seraficamente ao «Diário de Notícias» que o projecto «AD» não propõe a revisão do Artigo 290º da Constituição (o que define os limites formais e materiais da revisão constitucional) mas apenas «encurtá-lo» de maneira a abranger só as disposições comuns a todas as «forças democráticas».

Cláro, Freitas do Amaral, apoia tudo aquilo que no projecto constitucional da FRS vem ao encontro dos interesses da reacção.

A «descarga ideológica da Constituição», a supressão da palavra «socialismo» e de quaisquer «preceitos que imponham a obrigação de qualquer governo construir o socialismo» preconizados no projecto da FRS tem o incondicional apoio do chefe do CDS...

Sim, porque ele Freitas do Amaral, «não é socialista, não o será, ninguém o obrigará a ser».

Que se saiba...

Derrotada a eleição de um PR da «AD» os partidos da direita manobram para atrair o PS e a FRS aos seus projectos de revisão constitucional e dessa forma obterem os necessários dois terços que o Artigo 290.º impõe.

Trata-se de uma necessidade vital da reacção.

Como vai reagir o PS ao «canto de sereia» de Freitas do Amaral & C.ª?

Inquietantes indícios mostram que no seio do PS se desenvolvem activos esforços para morder o isco das forças reaccionárias.

O auto-reconduzido secretário-geral do PS mantém uma posição dúbia que pode neste momento diminuir e anular numa grande medida os efeitos da derrota da «AD».

Figuras de direita, como Gonelha, agora associado na «trilateral» onde se encontram conhecidas figuras do Pentágono, das multinacionais e da CIA, dirigida por Rockefeller, começam de novo a preponderar entre os socialistas.

As declarações de Mário Soares e de outros dirigentes do PS de que é preciso deixar que o Governo da «AD» governe são altamente preocupantes. Tais declarações não só encontram o repúdio de largos sectores da democracia portuguesa como dos próprios socialistas.

Deixar a «AD» «governar» é desde já aceitar o aumento do fardo da crise sobre o Povo português, o pagamento da pesada factura eleitoralista da «AD», o agravamento dos preços e das condições de vida dos trabalhadores e do povo.

Vão os socialistas, vai o PS permitir esta inqualificável política e este inaceitável Governo?

As forças democráticas, todos os que em 7 de Dezembro derrotaram estrondosamente o plano subversivo da «AD» têm o indeclinável dever de dar continuidade prática a essa derrota, de se entenderem e unirem para opor à desesperada tentativa de saída da crise pela reacção uma vasta frente política e uma alternativa democrática que assegurem a defesa das conquistas de Abril e futuro melhor para o Povo português.

A batalha da Constituição é, na situação presente, um terreno da luta política quotidiana e da luta pelo futuro democrático de Portugal. Nenhuma alteração reaccionária à Constituição poderá ter lugar se os democratas a isso se opuserem.

A batalha da Constituição impõe a cooperação, o entendimento e a unidade entre os partidos democráticos na Assembleia da República em particular do PS e do FCP.

Apoiados na activa luta dos trabalhadores e do povo contra a política antioperária e antipopular dos governos «AD» esses esforços conjuntos das forças democráticas podem no momento actual alargar a estrondosa vitória política de 7 de Dezembro.

APU exige a aplicação integral da Lei das Finanças Locais

1. A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido, reunida em Lisboa a 30 de Dezembro de 1980, apreciou a acção dos eleitos da APU nos órgãos do poder local neste primeiro ano de exercício do seu mandato. A Comissão Coordenadora considerou altamente positiva, na generalidade, a acção desenvolvida, a qual se traduziu numa valiosa contribuição para a resolução de muitos problemas concretos das populações, em inúmeras realizações culturais e desportivas e na cooperação com os eleitos de outras forças políticas que se manifestaram a favor da melhoria das condições de vida materiais e culturais das populações.

A Comissão Coordenadora considera que a acção desenvolvida pelos eleitos da APU nas autarquias se traduziu globalmente num significativo contributo para a defesa da democracia e para a unidade de todos os cidadãos nela interessados que triunfaram na eleição do passado dia 7 de Dezembro.

2. A Comissão Coordenadora não pode, entretanto, deixar de repudiar o facto de em 1980 o Governo e a maioria parlamentar que o suportatarem imposto, uma vez mais, a não aplicação integral da lei de finanças locais e o bloqueio da aprovação da lei de delimitação de responsabilidade em matéria de investimentos. Este comportamento é tanto mais de lamentar quanto os partidos que constituem a AD aprovaram e saudaram com entusiasmo estes diplomas, respectivamente em 10 de Outubro de 1978 e em 27 de Julho de 1979.

3. Em coerência com as posições sempre defendidas e certa de interpretar os interesses das populações e os sentimentos dos eleitos dos órgãos de poder local que pretendem verdadeiramente trabalhar para a resolução dos problemas das populações que os elegeram, a Comissão Coordenadora reclama que em 1981, seja finalmente assegurada a aplicação integral da Lei de Finanças Locais; seja reaprovada, no mais breve prazo, a lei de delimitações de responsabilidade em matéria de investimentos; seja assegurado um apoio técnico efectivo, com exclusão de quaisquer ingerências, às autarquias que o solicitarem.

Lisboa, 30 de Dezembro de 1980

A Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido

Aumentos de preços
Atingidos os produtos de maior consumo popular

- Aumentam os protestos
- A luta é inevitável
- A culpa não é dos salários

Através de um arrastamento evidente para todos, os aumentos de preços generalizam-se. Artigos de primeira necessidade são e vão ser afectados por uma subida incomportável. O movimento sindical toma posição.
"Um imperativo de acção para os trabalhadores", adverte a União dos Sindicatos de Lisboa. "Formas de luta a curto prazo para defender direitos e interesses", avisa a Coordenadora das Organizações Sindicais do Sector dos Transportes.
A *inevitabilidade da luta* é acentuada em todas as tomadas de posição. Recorda-se também a factura de que as forças democráticas tanto falaram na campanha para as eleições de 5 de Outubro.

Ela aí está a factura e é pesada. **O aumento dos preços dos transportes e das mercadorias decidido pelo Governo**, afirma a Coordenadora sindical do sector, **tal como aconteceu com a subida do preço do gasóleo, que aumentou os custos na agricultura, pesca e indústria, determinará, a muito curto prazo, subidas generalizadas nos preços dos produtos de maior consumo popular.**

É isso e convém frisá-lo. Não são os artigos dispensáveis. Não são os artigos de luxo. Para esses os aumentos pouco ou nada representam. E quem os suporta pode bem com eles.

É por isso que a União dos Sindicatos de Lisboa refere muito concretamente a "miséria" que novamente "pretendem impor ao Povo português".

Porque as questões se põem em Portugal ao nível do **pão** é que o movimento sindical tem vindo a lutar, com êxito, contra **tectos** e **pacos**, pela subida dos salários a níveis que atinjam, pelo menos, o aumento do custo de vida.

Não foram os salários que aumentaram os transportes

Os transportes subiram por motivos que nada têm a ver com as tabelas salariais.

É suficiente a simples análise – citamos ainda a Coordenadora – **da evolução do peso das despesas com o pessoal nas despesas totais das empresas para concluir que as subidas nos salários têm sido consideravelmente inferiores aos aumentos verificados em outros tipos de despesas (por exemplo com o gasóleo; em peças, em materiais, etc.), pois a percentagem das despesas com pessoal têm diminuído de uma forma contínua. Servem de exemplo os casos do Metro, da Carris e da Rodoviária Nacional.**

"De acordo com os próprios dados fornecidos por cada uma dessas empresas, a percentagem que as despesas com pessoal representam nas despesas totais das mesmas empresas, tem evoluído da seguinte maneira":

Evolução do peso das despesas com pessoal nas despesas totais

Empresas	1977	1978	1979	1980
METRO	64,7 %	62,2 %	57,3 %	54,0 %
CARRIS	71,3 %	—	67,3 %	58,9 % *
RN	48,8 %	44,7 %	43,3 %	43,1 %

* Estimativa

Já aqui por várias vezes e em pormenor tratámos da situação das empresas de transportes do sector empresarial do Estado. Designadamente a RN ainda há poucos números atrás mereceu a nossa atenção, sobretudo no que respeita à actuação do Governo que obriga a empresa a recorrer a juros altíssimos e lhe recusa o necessário saneamento financeiro.

Apoiados no comunicado da Coordenadora que temos vindo a seguir devemos acrescentar hoje que **a política de preços do Governo, por um lado, e a recusa sistemática de pôr em prática as medidas defendidas pelos trabalhadores, por outro, têm contribuído para agravar vertiginosamente a situação das empresas de transportes e constitui, sem qualquer dúvida, a causa principal do aumento generalizado dos preços dos transportes colectivos de passageiros e de mercadorias.**

Protesto do sector da ORL

"A resolução dos problemas económicos não contam" para este Governo que o organismo de direcção do sector de transportes da ORL do PCP considera como estando a revelar mais uma vez a sua verdadeira face – a de "um Governo reaccionário" para quem não contam os interesses da população trabalhadora.

Aquela direcção considera ainda que "não seriam necessários aumentos tão elevados para os transportes", se as medidas de fundo reclamadas com tempo pelo PCP tivessem sido tomadas.

Comunicação Social e aumentos: que notícias?

No cruzar do ano velho com o novo ano, foram notícia os aumentos dos transportes e das comunicações postais e telefónicas. Meio mundo foi apanhado desprevenido. O outro meio mundo viu confirmado, e da pior maneira, o que já previa após um ano de (má) gestão do Governo «AD». «Pagar a factura», eis uma expressão que se vulgarizou significando que a «AD» está agora a cobrar às camadas populares a demagogia eleiçoeira que enganou tantos, levando-os a uma votação contra os seus interesses de trabalhadores e de cidadãos. Feitas as contas, um e outro meio mundo encaram com séria apreensão o futuro das suas vidas, o futuro do nosso país, com a continuidade da «AD» no governo.

Diziamos nós que os aumentos de transportes e comunicações foram notícia... O espaço que esta ocupou, depende, no entanto, de cada órgão de Comunicação Social, da sua dependência, dos seus compromissos políticos ou económicos (o que vem a dar no mesmo). É assim que, em alguns casos, a notícia saiu «minguada», envolta em considerações altamente tecnicistas, relegada para páginas interiores, reduzida a uma fracção de quarto de páginas e foi tudo.

Curiosamente – seria mais apropriado dizer «naturalmente»... – os jornais destas notícias sobriamente condensadas são todos de uma mesma tendência: o «Dia» em 3.ª página, noticia parcimoniosamente, sem comentários, os aumentos; o «Tempo» e o «Expresso» quase ignoram a questão; o «Correio da Manhã» vulgarmente tão sensacionalista, opta pela discrição; a «Tarde» mostra-se apreensiva mas salvaguarda a sua posição com o «facto de termos todos consciência de que qualquer governo se veria na contingência de tomar estas medidas»...

Enfim, os jornais na dependência ideológica do Governo, na impossibilidade de dourar a pílula – demasiado amarga – reduziram ao mínimo a notícia sobre os aumentos de preços, abstendo-se de comentários na maioria dos casos.

Algo que afecta de modo altamente gravoso o quotidiano dos trabalhadores, as suas perspectivas de vida, é relegado para um plano de somenos importância; o repúdio que tais aumentos suscitaram nas organizações de trabalhadores, a tomada de posição da CGTP-IN, quase desaparecem na Comunicação Social que permanece voz-do-dono do Governo «AD», voz servil, atentado ao pluralismo ideológico, à independência, à objectividade, à seriedade deontológica na informação.

De modo diverso – numa correcta avaliação da importância da notícia – agiram a maior parte dos jornais da tarde: «Diário de Lisboa», «Popular» e mesmo «A Capital», são exemplos. Nos matutinos, «o diário». Nestes órgãos de Comunicação Social a preocupação é obviamente outra: informar, esclarecer, tirar consequências e mesmo ouvir os afectados e noticiar as posições dos órgãos representativos dos trabalhadores. A secção «Cara da Gente» do «Diário Popular», é nesse período, bem o testemunho deste povo que se desloca todos os dias casa-trabalho-casa, deste povo que vive e sobrevive cada vez pior em virtude desta política concreta: para aquela mulher que empregou o subsídio de Natal a pagar dívidas; para o ardina de vida difícil e para tantos outros que, inquiridos sobre as mais diversas questões que lhes são postas por aquele jornal, acabaram sempre por tocar no essencial: o cada vez mais precário nível de vida.

Os aumentos de preços e as notícias que sobre eles surgiram; o espaço que ocuparam e não ocuparam nos diversos órgãos da Comunicação Social, permitiriam ainda outros comentários... Eles Surgirão inevitavelmente com um Ministério da Qualidade de Vida a tutelar uma Comunicação Social cada vez mais espartilhada, cada vez menos independente, cada vez mais orientada para a deformação, a manipulação (pela omisssão ou pela deturpação dos factos) cada vez mais dependente de um Governo que não serve os interesses de quem informa e de quem é informado pela simples razão de que não serve os interesses das massas populares e trabalhadoras.

Avante!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828
PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.
Tiragem média no mês de Dezembro: 64 016

Um governo de continuidade salpicado de conflitos

O governo chefiado por Pinto Balsemão e, agora, finalmente concluído, é um governo de continuidade de uma política que, num ano, deixou profundas marcas negras no 25 de Abril. Na lógica da direita derrotada em 7 de Dezembro, à «AD» sucede a «AD», uma e a mesma filha de uma política contra o povo e os interesses nacionais, política de direita essa sim sucessora da ditadura de Salazar e Caetano.

A composição do governo deixa bem à vista aquilo que os homens da «AD» não conseguem esconder: a ligação de muitas das suas figuras ao poder económico e político que impôs o fascismo no nosso país durante meio século. E, senão, vejamos:

- O primeiro-ministro foi, não é novidade, deputado à Assembleia fascista pelas listas da União Nacional.
- Basílio Horta foi membro da Comissão Administrativa da União Nacional e director-geral da CIP.
- Vítor Crespo, novamente responsável pelo sector educativo foi, antes do 25 de Abril vice-reitor e reitor da Universidade de Lourenço Marques entre 1968 e 1971, director dos Serviços Sociais da mesma Universidade entre 1968 e 1972, e director-geral do Ensino Superior entre 1971 e 1973.
- Cardoso e Cunha foi, durante certo período, funcionário superior do grupo monopolista CUF.
- Eusébio de Carvalho, que deixou o Ministério do Trabalho para integrar o agora o Ministério da Reforma Administrativa, foi antes do 25 de Abril técnico jurídico da Secretaria de Estado do Comércio. Além disso, foi director dos serviços de pessoal da multinacional Olivetti, director de gestão do Banco Borges e Irmáõ e funcionário superior da Sociedade Central de Cervejas.
- Gonçalves Pereira, o novo responsável governamental pela política externa, foi representante do governo de Salazar às Assembleias Gerais da ONU entre 1959 e 1966, em pleno período da política do «orgulhosamente sós».
- Alexandre Vaz Pinto foi, antes do 25 de Abril, técnico do secretariado Técnico da Presidência do Conselho, onde esteve ligado à preparação e elaboração dos célebres Planos do Fomento. Pertenceu ainda aos serviços de planeamento da multinacional BP, foi director do Banco Nacional Ultramarino entre 1968 e 1972, foi secretário de Estado do Comércio de 1972 até à véspera do 16 de Março de 1974, e trabalhou como consultor da Corporação de Transportes e Turismo. No governo de Balsemão vai ser responsável do Comércio e Turismo.
- Nascimento Rodrigues, o novo responsável pelo Trabalho foi, nos anos sessenta, técnico do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra.
- Luís Barbosa, o novo ministro da Habitação e Obras Públicas, destacou-se, antes do 25 de Abril, como gestor qualificado na Companhia de Seguros «Império» e, depois, na «Império-Sagres-Universal» – pertença do poderoso Grupo CUF. Ainda no seio deste grupo, Luís Barbosa destacou-se na gestão do Hospital da CUF para, depois, vir a desempenhar idênticas funções em várias empresas de construção civil, como a «Realimo», a «Novobra» e «Construções Técnicas»; é caso para dizer: antes do 25 de Abril ligações a empresas de construção civil, no governo de Balsemão responsável pela habitação e obras públicas.

De uma forma ou de outra, eis como vários dos ministros que integram o governo da «AD» aparecem intimamente ligados ou ao poder político ou ao poder económico, e quantas vezes a ambos simultaneamente, que foi o fascismo em Portugal.

E depois do 25 de Abril?

Mas os factos que comprovam não ser este um governo para o Portugal de Abril podem ir buscar-se, na composição governamental, não só à sua actividade durante o fascismo como também ao que fizeram depois do 25 de Abril.

Assim, dos 18 ministros que constituem o elenco governamental, metade deles vêm do anterior governo da «AD» (Balsemão, Basílio Horta, Morais Leitão, Vítor Crespo, Cardoso e Cunha, Viana Baptista, Bissaia Barreto, Eusébio Carvalho e Azevedo Coutinho), dois foram ministros de Mota Pinto (Eusébio de Carvalho e Bissaia Barreto) e outros dois secretários de Estado do mesmo governo (Ferreira do Amaral e Cardoso e Cunha).

A participação de 10 membros do elenco formado por Balsemão, no total de 18, nos dois piores governos que existiram em Portugal depois do 25 de Abril, atesta bem das «expectativas» que se podem alimentar acerca do que vai ser a sua acção. E nem sequer as trocas de pastas que os homens da «AD» entre si efectuaram consegue esconder esta realidade.

Aliás, tal troca de responsabilidades dá bem razão ao comentário da SIP do PCP, quando afirma que **para a «AD» o governo do País, em vez de ser um instrumento decisivo para a solução dos problemas nacionais, é sobretudo base operacional para servir os interesses do grande capital, para atentar contra o regime democrático e para corresponder à sede de mando e notoriedade pública do pessoal político dos partidos reaccionários.**

Aliás, só assim se compreende que, para corresponder às exigências do PPM, se tenha, cínica, demagógica e ridiculamente criado o Ministério chamado de Qualidade de Vida; só assim se compreende que Basílio Horta deixe o Comércio e Turismo para ser, pomposamente, ministro de Estado adjunto do 1.º Ministro; que Morais Leitão troque os Assuntos Sociais pelas Finanças e Plano; que Bissaia Barreto deixe de ser o responsável pela Indústria e Energia para se dedicar à Integração Europeia; que Azevedo Coutinho deixe de ser secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros para assumir a Defesa Nacional; que Eusébio de Carvalho deixe a pasta do trabalho para chefiar a nova Reforma Administrativa. **Mais que suspeito ecletismo de alguns ministros? Criação de ministérios unicamente para que anteriores ministros o pudessem continuar a ser? Não criação de outros por não se encontrarem titulares para eles?**

O processo de formação deste governo, a sua composição não permitem alimantar quaisquer ilusões sobre o que dele se pode esperar, mesmo que revelem um estendal de contradições e de conflitos no seio da coligação da direita: quem assim serviu os interesses do fascismo e dos monopólios, quem acompanhou os ataques de envergadura contra o 25 de Abril e o regime democrático, não pode integrar um governo novo. O governo Balsemão é um governo de continuidade; governo novo é o que há-de sair da viragem democrática que se impõe na vida nacional.

O comentário da SIP do PCP

1 A anunciada composição e estrutura do próximo governo da «AD» presidido por Pinto Balsemão confirma inteiramente que os partidos da reacção procuram prosseguir ao nível da acção governativa a política antidemocrática e antipopular desenvolvida pelo anterior governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

2 Embora com as adaptações de estilo e de fachada impostas pela estrondosa derrota sofrida pela AD em 7 de Dezembro e pelo consequente fracasso do seu plano subversivo, tanto as declarações de dirigentes dos partidos da reacção como a composição do novo governo, indicam claramente que a reacção persistirá numa política de extremo agravamento das condições de vida da população, de ofensa aos direitos dos trabalhadores e às liberdades democráticas, de manipulação da comunicação social estatizada, de ofensiva contra as transformações económicas e sociais que são parte integrante do regime democrático, de submissão ao imperialismo.

3 Resultante de uma laboriosa e acidentada partilha partidária de influências e lugares, a composição e estrutura do governo revelam de uma forma escandalosa que acabaram sendo determinadas, não por razões de elementar eficácia e competência, mas fundamentalmente ao sabor da necessidade de ultrapassar dificuldades, contradições e susceptibilidades internas da «AD» de satisfazer ambições pessoais e clientelas partidárias.

Desde a cínica, demagogia e ridícula criação de um Ministério da Qualidade de Vida no governo de uma coligação que neste exacto momento está levando a cabo uma extensa e brutal ofensiva contra as condições de vida da população, passando pelo mais que suspeito ecletismo técnico de alguns ministros, até à evidência de que se criaram minisitérios unicamente para que anteriores ministros o pudessem continuar a ser e, em contrapartida, não se terão criado outros por não se encontrarem titulares para eles – tudo confirma que para a «AD» o governo do País, em vez de ser um instrumento decisivo para a solução dos problemas nacionais, é sobretudo uma base operacional para servir os interesses do grande capital, para atentar contra o regime democrático e para corresponder à sede de mando e notariedade pública do pessoal político dos partidos reaccionários.

4 O arrastado processo da formação do novo governo da «AD» e a sua própria composição e estrutura evidenciaram claramente as sérias dificuldades e contradições com que a «AD» se debate na nova situação política emergente dos resultados das eleições presidenciais. Importa no entanto advertir de que não será com ilusórias expectativas sobre o desenvolvimento dessas dificuldades e contradições que as forças democráticas poderão fazer frente e dar combate à desastrosa política de agravamento dos problemas nacionais que o novo governo da AD claramente anuncia.

A defesa dos interesses da população, a efectiva resolução dos problemas nacionais, a salvaguarda das conquistas democráticas que – como se evidencia nos projectos de revisão constitucional da «AD», os partidos da reacção pretendem liquidar –, apontam claramente, não para a concessão de quaisquer tréguas políticas ou sociais ao novo governo da «AD» ou para o estabelecimento de acordos ou compromissos de forças democráticas com a reacção, mas sim para a intensificação da luta dos trabalhadores, das massas populares, das forças democráticas e para a necessidade de progressos na sua unidade combativa contra a política do governo «AD» tendo como objectivo alcançar uma viragem democrática na política nacional.

Repercussões da entrevista de Álvaro Cunhal ao «Avante!»

No final do ano, um dos factos políticos mais relevantes foi a entrevista que o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, concedeu em exclusivo ao "Avante!". Balanço de um ano político em que a luta democrática e dos trabalhadores foi dura e perspectivas para o ano em curso, a entrevista de Álvaro Cunhal mereceu tratamento de destaque nos principais meios de comunicação social.

Desde a agência noticiosa oficial à maior parte dos jornais estatizados, passando ainda pela rádio e pela televisão, nenhum dos grandes meios de comunicação pôde ignorar a importância política das declarações de Álvaro Cunhal, nomeadamente no que respeita à análise que o secretário-geral do PCP fez relativamente à derrota sofrida pela "AD" na derradeira grande batalha política do ano de 1980: na batalha das presidenciais.

Pode, no entanto, acrescentar-se que o interesse pela entrevista do camarada Álvaro Cunhal ultrapassou a mera expectativa jornalística. Nos meios democráticos, a saída do "Avante!" foi aguardada com evidente interesse, constituindo aqui a entrevista um importante material de estudo e de reflexão, não apenas sobre um dos períodos mais difíceis já vividos pelo jovem regime democrático português, mas sobretudo sobre as batalhas e tarefas que aguardam as forças democráticas neste ano de 1981.

Com efeito, as declarações de Álvaro Cunhal sobre temas como a revisão constitucional, o Governo da "AD", as relações com o Partido Socialista e o chamado "bloco central", além das ilações que se podem extrair da derrota do candidato da "AD" às presidenciais e da vitória do general Ramalho Eanes constituem aquilo a que nos meios políticos e jornalísticos se designa por "temas quentes". Daí, também, a grande expectativa e interesse, e depois divulgação, das posições expressas pelo secretário-geral do PCP.

Marcelo, um analista vencido

Há, entretanto, uma excepção de vulto a este panorama. O normalmente sempre "atento" semanário "Expresso" – fundado e durante muito tempo dirigido pelo actual primeiro-ministro Pinto Balsemão – quase que ignora a entrevista do camarada Álvaro Cunhal, atitude tanto mais surpreendente quanto é certo gabar-se aquele semanário de tratar nas suas páginas os factos políticos importantes da actualidade política nacional... A entrevista ao "Avante!" do secretário-geral do PCP goza deste estatuto (que lhe foi conferido, não apenas pelos comunistas, por um amplo e vasto sector da vida política portuguesa).

Daí que seja lícito perguntar: **porquê o silêncio do "Expresso"?**

Mas esse silêncio é, entretanto, tanto mais significativo quanto é certo que a entrevista de Álvaro Cunhal – que os leitores do "Expresso" não conhecem – "merece" quatro linhas na secção de "Análise Política" assinada por Marcelo Rebelo de Sousa. Dedicando o seu trabalho da passada semana ao seu próprio partido, o PSD, e à formação do governo chefiado pelo seu antecessor na direcção do "Expresso", MRS "enfia" no meio da prosa analítica a seguinte referência à entrevista do camarada Álvaro Cunhal: **Fala-se no PCP, nas suas ameaças, que já nem veladas são, desde a entrevista de Álvaro Cunhal ao último número do "Avante!".**

Nestas curtas linhas, é a própria concepção de democracia de Rebelo de Sousa que fica demonstrada à evidência – é que Rebelo de Sousa, que usa e abusa da qualificação de "antidemocrático" no que se refere ao PCP, dá bem provas da sua "democracia" quando considera as posições firmes do PCP de oposição a um governo de direita como "ameaças".

Para tentar esconder e minorar toda a série de dificuldades, de tensões e de contradições que grassam no seio do PSD e da "AD", um dos teóricos e estrategas precisa de recorrer como que a uma "ameaça comunista", esquecendo-se entretanto que foi também graças a essa firme política de oposição aos desígnios da "AD" que os interesses da democracia portuguesa foram defendidos nas eleições de 7 de Dezembro. E, neste caso sim, contra a ameaça totalitária dos chefes da "AD".

É por isso que MRS tenta mistificar, nas páginas do seu jornal, as posições, do PCP, ignorando-as ou adulterando-as; porém, desse modo, está ao mesmo tempo a demonstrar ao serviço de quem escreve as suas análises políticas, e que recados (ou **ameaças**) estas contêm...

O arranque das obras. Na foto, o início da construção de uma das instalações do novo Centro de Trabalho do Partido em Pinhal Novo: a arrecadação

Novo Centro de Trabalho arranca em Pinhal Novo

Em Pinhal Novo (Palmela) o momento é de azáfama. Está em curso uma campanha de recolha de fundos, tendo-se entretanto iniciado as obras para a construção do novo Centro de Trabalho do Partido. Sob o lema «Em liberdade e democracia construímos o novo CT para o Partido em Pinhal Novo», os trabalhos de construção estão a decorrer em bom ritmo, sendo de salientar a militância e o entusiasmo de vários camaradas para a rápida concretização da importante tarefa.

Projectado com linhas simples, mas funcionais, o novo CT contribuirá certamente para o reforço da organização do Partido e será sempre, como nos sublinham os camaradas de Pinhal Novo, uma casa do povo trabalhador.

No Natal realizou-se uma oportuna iniciativa para o apoio à construção do Centro de Trabalho, tendo-se conseguido além de 64 sacos de cimento outras ofertas que rondaram os 30 mil escudos.

14 de Fevereiro
3.º Festival da Canção Juvenil na Covilhã

É já no próximo dia 14 de Fevereiro que se realiza o 3.º Festival da Canção Juvenil na Covilhã, iniciativa do jornal «Juventude», órgão da JCP.

Animada pelo êxito das duas edições anteriores, a Comissão Organizadora do Festival refere-nos que pretende ir ao encontro dos «anseios e impulsos criadores da juventude no sentido da música e poesia e só isso nos dá energias para enfrentarmos e superarmos com optimismo as dificuldades que surgem numa iniciativa deste género».

As inscrições podem fazer-se no Centro de Trabalho do PCP, na Rua Alexandre Herculano, n.º 48, Covilhã. Os jovens autores, músicos e intérpretes amadores devem enviar as suas canções até ao próximo dia 5 de Fevereiro.

Resultado do sorteio em Setúbal

Foram os seguintes os números premiados no sorteio realizado pelos camaradas de **Setúbal** referente à campanha de fundos **Eleições-80:**

1.º Televisão a cores: 39626; **2.º** Motorizada: 60355; **3.º** Viagem à Madeira: 39658; **4.º** Máquina de lavar roupa: 02701; **5.º** Tenda de Campismo: 38772; **6.º** Cabaz de Natal: 68810; **7.º** Grelhador: 41981; **8.º** Cheque CDL para 5000$00: 92054; **9.º** Cheque CDL para 2500$00: 02310; **10.º** Panela de pressão: 04644; Livros CDL no valor de 1000$00 do **11.º** ao **15.º** inclusivé: 18640, 58755, 92070, 28453, 37656; Livros CDL no valoR de 500$00 do **16.º** ao **20.º** nclusivé: 65101, 45289, 14041, 88753; 65 423; Assinatura da revista «Vida Soviética» do **21.º** ao **25.º** nclusivé: 03898, 11765, 74076, 68057, 02288.

A entrega dos prémios far-se-á até ao fim do mês nos Centros de Trabalho da Organização Regional de Setúbal do PCP, devendo o contemplado levar consigo o talão da rifa.

● **Em Lisboa**

Entretanto, em Lisboa, na festa de fim de ano realizada no pavilhão gimnodesportivo do Atlético, na Tapadinha, o apuramento do sorteio das rifas vendidas na campanha de fundos Eleições-80 deu os seguintes números: 1.º **317 244**; 2.º **215 359**; 3.º **127 654**; 4.º **117 716**; 5.º **372 300**.

«O Lutador»

Amanhã, a partir das 21 e 30, realiza-se na sede da Associação Portugal-URSS, na Rua de S. Caetano à Lapa, n.º 30, em Lisboa, uma sessão de cinema em que será exibido o filme "O Lutador", do realizador Iulian Rizman, interpretado por Evgueni Urbanski e Sofia Pavlova.

Está igualmente prevista a apresentação do documentário "Almanaque do Clube de Viagens número 138".

A entrada é livre.

Camaradas de Leiria

No próximo dia 17, no Centro de Trabalho Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, realiza-se uma importante reunião destinada aos naturais dos seguintes concelhos da zona norte do distrito de Leiria residentes na área da Grande Lisboa: **Pedrógão Grande, Ansião, Alvaiázere e Figueiró.**

O encontro, que tem início marcado para as 15 horas, debaterá, entre outros assuntos, os problemas e realizações daqueles concelhos.

Homenagem a Herculano de Carvalho

A Comissão Concelhia da Amadora do PCP promove no próximo sábado uma romagem à campa do militante e deputado comunista Herculano de Carvalho, falecido no dia 10 de Janeiro de 1976 na sequência de um desastre de viação.

A romagem tem início às 11 horas, com destino ao cemitério da Amadora.

Camaradas falecidos

VIRGÍNIA JOSÉ

Com 58 anos, faleceu após prolongada doença a militante comunista Virgínia Maria José, residente em Castro Verde. A camarada fazia parte da Comissão Concelhia do PCP, desenvolvendo tarefas importantes para o trabalho do Partido na zona. Pertencia ainda à Comissão de Freguesia do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) de Castro Verde.

JORGE REIS

Vítima de acidente de viação, faleceu recentemente o nosso camarada Jorge Marques dos Reis, trabalhador emigrante em Kelsterbach, na República Federal Alemã. Militante comunista desde 1974, o camarada Jorge Reis gozava de grande estima e simpatia por parte de todos quantos o conheciam.

Na altura do seu falecimento era presidente da Associação Portuguesa de Kelsterbach, membro do executivo da Comissão Dinamizadora do Memorando e eleito representante das Associações Portuguesas da zona consular de Frankfurt.

●

Aos familiares dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta sentidas condolências.

Semana

30 Terça-feira

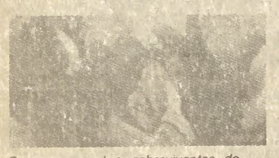
1969 – A secretaria de Estado do Orçamento do regime fascista abre no Ministério das Finanças um crédito especial de 600 000 contos para a guerra colonial, a adicionar à verba "Forças Militares Extraordinárias do Ultramar".

Telefones mais caros

Os CTT/TLP divulgam os novos aumentos tarifários para cartas (mais 2$00), chamadas telefónicas (o impulso passa de 2$50 para 3$50) e aluguer mensal do telefone (de 400 para 500 escudos) ■ O Conselho de Informação para a RDP confirma a existência de manipulação informativa na emissora estatal durante o período anterior às eleições presidenciais de 7 de Dezembro e recomenda ao Governo a exoneração da comissão administrativa da RDP; a deliberação do CI foi aprovada por unanimidade pelos 15 membros presentes na sessão plenária, representando o PSD, PS, PCP, CDS, PPM, MDP e UDP ■ O Conselho da Revolução, na sua última mensagem de 1980 lida pelo seu porta-voz, coronel Vítor Alves, congratula-se com os largos passos dados este ano na consolidação do regime democrático resultante do 25 de Abril ■ Reúne em Lisboa a Comissão Coordenadora da Comissão Nacional da Aliança Povo Unido, onde no balanço do trabalho dos seus autarcas se considerou nomeadamente que este se traduziu numa valiosa contribuição para a resolução de muitos problemas concretos das populações; foi ainda reclamada a aplicação integral, em 1981, da lei das finanças locais.

31 Quarta-feira

1821 – É criado o Banco de Lisboa, o primeiro banco português que mais tarde, em 1846, daria origem ao Banco de Portugal.


O regresso dos sobreviventes do «Cabinda»

Regressam a Lisboa 18 dos 22 sobreviventes do cargueiro "Cabinda", naufragado no passado domingo à entrada do porto de Casablanca; os restantes permaneceram em Marrocos para a elaboração de um inquérito ao afundamento, não havendo grandes esperanças de encontrar os nove desaparecidos na tragédia ■ Portugal termina o seu mandato de dois anos no Conselho de Segurança das Nações Unidas onde deteve a presidência entre Maio de 1979 e Agosto de 1980 ■ O presidente do CDS, Freitas do Amaral, entrega às direcções dos partidos da "AD", o "seu" projecto de revisão constitucional, para ser discutido pela coligação reaccionária.

1 Quinta-feira

1868 – Sai o primeiro número do matutino portuense "O Primeiro de Janeiro".

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, na sua mensagem de Ano Novo dirigida ao Povo português afirma nomeadamente que "o povo português soube optar; com clareza, pela convivência democrática, pelo consenso, pela liberdade e pela dignificação do homem", transmitindo a sua "confiança no empenhamento de todos os portugueses na consolidação da democracia e na defesa da comunidade nacional" ■ A CGTP-IN condena os aumentos de preços impostos pelo Governo "AD" que hoje entraram em vigor e exorta os trabalhadores a lutarem contra a escalada de aumentos, que vai prosseguir ■ São introduzidas grandes alterações na passagem do ano nas emissões da Rádio Comercial do norte do país, com a reunificação das redes regionais e locais daquele canal da RDP; a estação resultante anuncia-se como "Rádio Porto".

2 Sexta-feira

1979 – É assinado o protocolo do restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a Guiné-Conakri.

António Macedo, presidente do Partido Socialista, tem alta do Hospital Particular de Lisboa, onde se encontrava internado desde 16 de Dezembro, na sequência de um acidente de viação que obrigou a uma intervenção cirúrgica à rótula esquerda ■ Aumentam as tarifas dos táxis e enquanto o Ministério dos Transportes e Comunicações informa a ANOP que esse aumento só poderá ser praticado "a partir de 5 de Janeiro", o adjunto do secretário de Estado dos Transportes, Aragão Botelho, afirma à mesma agência de notícias que os proprietários de táxis estavam autorizados a praticar as novas tarifas desde o passado dia 1 de Janeiro ■ O acordo de pescas luso-espanhol é prorrogado até ao fim do corrente mês, altura em que deve estar concluída a sua renegociação.

3 Sábado

1950 – A PIDE assassina o camarada Militão Ribeiro.

A Comissão Nacional do PS reconduz o Secretariado Nacional do Partido, com os votos favoráveis de 60 dirigentes socialistas, a oposição de 30 e a abstenção de 23; Maldonado Gonelha, que pedira a demissão em Outubro último, permanece no Secretariado e a vaga deixada pela morte de Herculano Pires não foi preenchida ■ Freitas do Amaral manifesta-se esperançado em chegar a "um bom acordo" com a FRS e nomeadamente com o Partido Socialista para a revisão da Constituição na Assembleia da República.

4 Domingo

1894 – De 4 a 7 realiza-se em Lisboa o Congresso Cooperativista, que contou com a representação de 30 estabelecimentos desta natureza.

A questão dos táxis

Entre a véspera do Ano Novo e as 20 horas de hoje morreram 15 pessoas e 275 ficaram feridas – 183 das quais em estado grave – em 208 acidentes registados nas estradas de Portugal ■ Os taxistas integrados no Movimento de Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais emitem um comunicado sublinhando que a data de entrada em vigor da nova tabela de preços dos táxis é uma questão secundária pois o fundamental é que as "novas" tabelas já são velhas, pois deviam ter sido postas em prática há mais tempo; o comunicado acrescenta que só agora entram em vigor preços que deveriam ter sido fixados antes, mas não o foram porque a ANTRAL (Associação Nacional dos Transportes Rodoviários Ligeiros) seguia as orientações eleitoralistas do governo e não defendeu os interesses dos taxistas ■ A Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da Petrogal denuncia em comunicado a escalada repressiva e selectiva contra o pessoal, que se conjuga com o ataque frontal a esta empresa pública, por parte do governo e conselho de gerência (CG).

5 Segunda-feira

1876 – Iniciam-se no Porto os trabalhos de construção da ponte ferroviária de D. Maria Pia.

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, aceita a equipa ministerial apresentada pelo Primeiro-Ministro indigitado, Pinto Balsemão; a posse do VII Governo Constitucional, o segundo da AD, está marcada para a próxima sexta-feira ■ Os trabalhadores comunistas do Banco Totta & Açores, numa análise ao relatório e contas daquele banco referente ao exercício de 1979, afirmam que a banca nacionalizada se vê obrigada, perante as limitações à expansão da actividade creditícia, a investir os excessos de liquidez em obrigações do Estado, com vista a minorar os custos provenientes do acréscimo constante dos depósitos a prazo; por esse motivo a banca comercial nacionalizada vê-se obrigada a desvirtuar o seu objectivo principal, que é intervir e apoiar o desenvolvimento económico do país.

6 Terça-feira

1876 – Morre o Marquês Sá da Bandeira, militar e político liberal.

Pedro Santana Lopes e Marcelo Rebelo de Sousa manifestam-se contra o projecto de revisão constitucional de Freitas do Amaral; estes dois constitucionalistas haviam sido encarregados de dar um parecer ao PPD/PSD sobre o documento preparado pelo presidente do CDS e acusam-no de alargar, no seu "projecto", os poderes do Presidente da República ■ Chegam a Lisboa os seis cidadãos portugueses libertados pelo governo angolano após um pedido de clemência do Presidente da República, general Ramalho Eanes; estes indivíduos estavam detidos em Luanda sob a acusação de terem participado em acções militares da FNLA e da UNITA contra o MPLA, em 1975/76.

Os Comunistas na Assembleia da República

«AD» em dificuldades logo ao primeiro dia

Se o povo português e os democratas tiveram um Natal em paz porque a derrota de Soares Carneiro afastou os perigos imediatos que pendiam sobre o regime e as liberdades, como Zita Seabra sublinharia na declaração política que pronunciou abrindo os trabalhos na AR, na passada terça-feira, os deputados da «AD» arriscam-se a ter um ano novo cheio de contrariedades...

Começou mal, de facto, o novo ano parlamentar para a coligação reaccionária que parece não ter arranjado consenso suficiente para votar o projecto do PS sobre a «divulgação pela Administração do rendimento colectável global e sua atribuição».

Tratava-se de um projecto que o Partido Socialista, pela voz de Salgado Zenha, pretendeu apresentar como uma ajuda importante para a eliminação da fraude fiscal. Os pedidos de esclarecimento que se seguiram à introdução dos debates apenas faziam crer numa certa dificuldade, da parte dos partidos da «AD», em aceitar que uma iniciativa vinda do lado da oposição passasse no hemiciclo, vindo a votar favoravelmente o projecto que não oferecia grandes dificuldades nem podia ser facilmente contestado.

No preâmbulo do projecto considera-se que «uma eventual divulgação das entidades que defraudam o fisco seria, por si só, conhecidas que são as dificuldades da administração fiscal, uma medida bastante insuficiente, o que não sucederá se se divulgar o rendimento global declarado por cada contribuinte, e respectivo imposto pago, a exemplo do que acontece nalguns países, como em Espanha».

De facto – adianta ainda o documento submetido à apreciação dos deputados –, a divulgação pública dos rendimentos declarados e respectivas tributações contribuirá decisivamente para a prevenção da evasão fiscal, já que os cidadãos poderão apreciar em concreto o rendimento declarado para fins tributários e aquele que presumem ser auferido.

Outra das virtudes apontadas ao diploma, tanto pelos que o apresentaram como por alguns dos que declararam a intenção de o votar favoravelmente – estiveram neste caso o PCP, a ASDI e o MDP –, foi a de a divulgação dos rendimentos e tributações poder vir a quebrar «tabus arcaicos quanto ao segredo» desses mesmos rendimentos.

Depois de curtos pedidos de esclarecimento, feitos em tom cordato pelo CDS e pelo PPM e, já em tom menos amável, pelo PPD, seguiu-se um intervalo que iria prolongar-se por mais de uma hora, quando apenas tinha sido concedida a meia hora regulamentar. Nos ouvidos dos deputados da direita teriam ficado algumas frases que o debate trouxe à baila: que depois do 25 de Abril a fraude fiscal aumentou por parte de classes mais favorecidas que intencionalmente deixaram de pagar impostos; que as medidas tomadas pelo Governo no que toca ao Imposto Complementar atingiram mais os pequenos contribuintes; que embora seja eficaz, a questão das retenções salariais é anticonstitucinal.

Os deputados tomaram os seus lugares e esperaram meia hora pelos membros do PPD que não se mostravam dispostos a apressar-se, apesar de instados pelo Presidente, através de recados. Quando finalmente regressaram, os debates sofreram uma inflexão inesperada: o deputado José Xeres, do CDS anunciou que o seu partido rejeitava «liminarmente» o projecto!

Porquê? Porque fomenta a denúncia generalizada, dizia ele. Porque ia fazer crescer a evasão fiscal! Porque se tratava de implantar «esquemas kapagebescos»! O caldo estava entornado, Salgado Zenha não gostou e lembrou ao nóvel deputado do CDS que o projecto apenas poderia perturbar certas pessoas ou certas riquezas.

O PPM, pela boca do mesmo deputado que só expressara dúvidas no primeiro pedido de esclarecimento, mudava também de tom, parecendo-lhe agora a publicação dos rendimentos uma «ingerência ilegítima» na vida privada, afirmando que não daria ao PS a prenda de uma votação favorável.

Depois da intervenção de Octávio Teixeira, do PCP, que adiantou a posição favorável do grupo parlamentar comunista, aproveitando para tecer vivas críticas à política fiscal do Governo e anunciando a entrega de um projecto comunista visando a revogação da disposição governamental que obriga as empresas a reter os salários dos trabalhadores que não tenham feito prova de cumprir as obrigações fiscais, interveio finalmente o deputado Vítor Constâncio, do PS, aduzindo algumas razões mais a favor do projecto. Faltavam vinte minutos para o final dos trabalhos. O PPD não tinha tomado a palavra. Não havia mais inscrições. O Presidente preparava-se para passar à votação, declarava encerrados os debates. Amândio de Azevedo, do PPD, correu à mesa. O Presidente anunciou então que, por consenso, a votação ficava adiada.

Vamos hoje ver se dois dias chegam para que a «AD» se entenda.

Projecto comunista para revogar a retenção de salários

Assinado pelos deputados Armando Teixeira, Jorge Leite, Octávio Teixeira e Manuel Correia Lopes, o grupo parlamentar do PCP entregou na mesa da Assembleia um projecto de lei de revogação do artigo 56.º-A do Código de Imposto Complementar, que tinha sido aditado ao mesmo pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 183-F/80, de 9 de Junho passado, da autoria, portanto, do Governo «AD», e que impunha às empresas a retenção de salários aos trabalhadores que não fizessem prova de haver cumprido as obrigações fiscais.

Comentando, no preâmbulo, tal medida – já esboçada no tempo de Mota Pinto, que não a chegou a levar a cabo –, afirma-se que, com ela, **o Governo não se limitou a discriminar desfavoravelmente os trabalhadores por conta de outrém. O Governo esqueceu deliberadamente que a maioria dos trabalhadores e respectivas famílias vivem exclusivamente dos rendimentos do seu trabalho.**

Nem por saber que é com esses rendimentos que os trabalhadores pagam a renda da casa, adquirem os bens essenciais, pagam as despesas urgentes como a saúde e educação dos filhos, etc, o Governo se coibiu de impor tão afrontosa medida, medida que, sublinhe-se, atinge um rendimento devido ao trabalhador pelo facto de já ter trabalhado, isto é pelo facto de as entidades empregadoras haverem já recolhido os benefícios do seu trabalho.

Um requerimento, assinado pela deputada comunista Ilda Figueiredo, foi ainda, no mesmo dia, dirigido ao Governo sobre a grave situação dos cerca de 300 trabalhadores da empresa têxtil Francor, situada no Porto. Os trabalhadores há vários meses que recebem sistematicamente com grandes atrasos os seus salários e subsídios legais.

Esta situação – sublinha-se no requerimento – **está ligada a sérios problemas financeiros da empresa merecendo destaque as responsabilidades do Banco Português do Atlântico que, tendo uma hipoteca sobre as instalações fabris e podendo tomar medidas quanto à gestão da empresa e ao controlo do seu financiamento, parece no entanto ter-se limitado a entregar o processo ao contencioso.**

O requerimento solicita ao Governo informações sobre as medidas que os Ministérios competentes tomaram para a resolução dos problemas da empresa a fim de continuar a manter os postos de trabalho.

Não é com a reacção que pode haver pactos de regime

O reinício dos trabalhos parlamentares neste começo de 1981, na nova situação criada pelas eleições presidenciais, reveste-se de um significado tão importante para a democracia portuguesa, que não pode deixar de ser salientado na tribuna da Assembleia da República.

Na verdade, 1980 foi o ano em que ao longo dos meses os portugueses assistiram ao desencadear pela «AD» de um plano bem urdido e delineado contra o regime democrático visando a instauração de uma nova ditadura.

Esse plano subversivo foi derrotado nas eleições de 7 de Dezembro. A derrota de Soares Carneiro, que era na verdade a última peça e o fecho desse golpe, na eleição do qual a «AD» e os seus líderes jogaram tudo por tudo, não significa só (o que já não era pouco) a derrota do homem de S. Nicolau, hostil ao 25 de Abril e ligado ao fascismo e ao colonialismo. Significou também a derrota da «AD» e dos métodos e processos do anterior governo.

Existem ainda perigos que ameaçam o regime democrático, e em 1981 novas e duras lutas se anunciam já para os trabalhadores em defesa dos seus direitos e interesses. Podemos porém dizer que foi possível passar o Natal e o Ano Novo em paz, sem perseguições, sem acções repressivas, sem vinganças, sem bandos de neonazis em distúrbios, sem vandalismos, sem S. Nicolaus — porque a «AD» perdeu as eleições; porque Soares Carneiro foi derrotado; porque essa derrota e a eleição do general Eanes significaram a salvação do regime democrático.

As dificuldades que a «AD» encontrou em formar o Governo, o caricato a que acabamos de assistir de um governo ser constituído por Ministérios existentes não em função das necessidades do país, mas consoante os convidados aceitavam ou não pertencer-lhes, deve-se não fundamentalmente como alguns pretendem fazer crer à luta entre os «barões» da «AD», mas à dificuldade que estão a encontrar em digerir esta derrota e se adaptarem à nova situação criada no País face ao resultado das eleições.

A «AD» entra em 1981 derrotada, em ajuste de contas interno e tendo que prestar contas ao País, com um governo atamancado num rodopiar de jogos de interesses, de compromissos e compadrios a que os portugueses foram assistindo, enquanto deitavam contas à vida face ao brutal agravamento de preços com que a «AD» os resolveu presentear neste final de ano.

É a factura da demagogia eleitoral: o PCP alertara para ela e dissera que as benesses eleiçoeiras da «AD» nas vésperas de 5 de Outubro, não constituíam uma política de melhoria de vida dos portugueses, mas sim demagogia para comprar votos, e que uma vez passadas as eleições a «AD» apresentaria a conta, e tentaria fazer pagar à população laboriosa, aos trabalhadores, aos agricultores, às camadas mais desprotegidas como os reformados, a todos os portugueses de mais baixos rendimentos, as «farturas» distribuídas para comprar votos.

Aí está! A vida mostrou que tínhamos razão. Logo a seguir às eleições legislativas subiram os adubos e pesticidas e leites e farinhas dos bébes, recentemente em poucos dias Freitas do Amaral aumentou os combustíveis, os transportes, os jornais, os telefones e restantes tarifas postais, entre muitos outros produtos e bens. Mas Balsemão irá certamente continuar esta política se os trabalhadores e o povo em geral não lhe fizerem frente e defenderem o seu poder de compra. A situação é de tal ordem que os principais responsáveis da demagogia eleiçoeira ou mudaram de pasta ou sairam do governo sem dar cavaco, lavando as mãos da crise. 1980 foi um ano decorrido com o governo da «AD» olhando para trás, bem podemos dizer, com fundamento, que nem um único dos graves problemas do País foi resolvido e que só com as forças democráticas será possível encontrar a solução dos grandes problemas nacionais.

No campo do ensino duas palavras caracterizam a situação: inoperância total na resolução das questões e um verdadeiro «regabofe» para o ensino particular. A Lei de Bases e o tão falado, de há anos, debate nacional para um concenso em torno das grandes linhas do Sistema de Ensino — ficou tudo reduzido a umas páginas do Diário de Notícias.

Alfabetização, lançamento das redes dos Jardins de Infância, definição do Superior Curto ou do Politécnico, definição dos ISEs e dos SCAs, saídas profissionais, Propedêutico, acesso aos vários graus de ensino, «númerus clausus», ensino especial, a «dança» da colocação dos professores, carreiras e vencimentos, tudo isto se arrastou e agravou ao longo deste ano sem qualquer perspectiva de resolução perante o desespero dos jovens, dos pais e dos professores.

A recondução da mesma equipa prenunciam uma continuidade na inoperância preocupantes.

Na Comunicação Social 1980 foi o ano da manipulação, do controlo partidário, do desrespeito pelas leis e pelos direitos dos trabalhadores da Informação, com o objectivo de, utilizando os meios de Informação pagos com os dinheiros do povo, os converter em meros órgãos de propaganda governamental.

O comportamento imposto pelos homens de mão da «AD» nos órgãos de Informação estatizados, particularmente à Rádio e à Televisão durante os períodos eleitorais aí estão como provas evidentes do total desrespeito pela liberdade de informação e pelo pluralismo informativo.

O que se conhece do novo Governo neste campo é altamente preocupante. A escandalosa recondução de Proença de Carvalho na RTP, o anúncio da transformação da Secretaria de Estado da Comunicação Social em Comissão Liquidatária da Comunicação Social Estatizada prenunciam a continuação da política anteriormente seguida e não como alguns dizem uma certa trégua de cariz liberalizante.

Na cultura a «AD» desencadeou uma política anticultural e de paralisia e boicote às estruturas e acções de criação, difusão e animação cultural, de tentativa de controlo das estruturas culturais populares, de censura política e ideológica da vida cultural, de desprezo dos trabalhadores da cultura, de concepções retrógradas e estreitas da política cultural e de preferências por obras de fachada.

Que exemplo mais flagrante de incompetência, boicote e atitudes censórias, de obscurantismo e visão vesga de cultura do que o que se passou em relação ao IV Centenário de Camões. Chegámos ao fim do ano e o que ficou?

De mais significativo podemos referir a destruição da comissão para as Comemorações, formada por intelectuais de reconhecido mérito e sua substituição por uma comissão de burocratas que nada fez ou fez actos de triste memória; censura dos programas para a televisão cortando o plano anteriormente estabelecido, proibição de um espectáculo dos Cómicos no Museu de Arte Antiga, enfim, uma completa e escandalosa incapacidade, falta de vontade política, de boicote e paralisia das comemorações do IV Centenário de Camões.

Na área da saúde a «AD» não cumpriu a Lei da Assembleia do SNS e não teve nem a força nem a vontade política, nem foi capaz de a revogar.

Não cumpriu a Lei e fez a política que a direcção da Ordem mandou, submetendo os interesses do povo aos interesses de meia dúzia de «barões». Na área do trabalho basta recordar a autorização para o despedimento de 212 trabalhadores da Standard, atirando-os para o desemprego.

Não pretendemos, nem os 10 minutos de uma intervenção política o permitiriam, fazer um balanço, mas não se pode falar de 1980 sem se referir a brutal violência que caracterizou no Alentejo e Ribatejo a política de Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Roubaram terras, gados e máquinas, os agrários em confraternização e com o apoio do MAP, invadiram semana a semana, quase dia a dia, as Cooperativas construídas pelo povo, inventaram latifundiários e «camponeses», semearam desgraça, fome, violência, crimes e desemprego nas terras do Alentejo. Homens e mulheres da Reforma Agrária foram presos e espancados, os acordãos dos Tribunais foram ignorados, a Lei e a Constituição foram substituídas pelo nepotismo do MAP.

Agora, que acabam de ser conhecidos os nomes que preencherão o futuro governo, é necessário recordar novamente que o resultado das eleições de 7 de Dezembro põe também em causa o governo da «AD». Não estamos a defender que a Assembleia seja dissolvida e que sejam convocadas eleições intercalares, pois consideramos que não estão criadas condições para tal solução. Mas, como disse o meu camarada Álvaro Cunhal a uma entrevista ao jornal «Avante!»:

«Da rectificação do resultado das eleições do dia 5 de Outubro pelo resultado das eleições de 7 de Dezembro duas consequências devem ser respeitadas: a primeira: não pode nem deve ser institucionalmente tolerada ao novo governo a actuação inconstitucional, ilegal e subversiva que caracterizou o governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral. Se o governo Balsemão seguir uma tal política, a nosso ver deve ser imeditamente exonerado; a segunda: a grande lição e o grande significado das eleições de 7 de Dezembro devem ser tidos em conta tanto na Assembleia da República (particularmente pela sua maioria) como pelo Governo. É o mínimo que se pode exigir».

É isso que exigiremos!

Que antes de tudo o Governo e a política governamental da «AD» em causa nas eleições presidenciais, não fomos nós, foi antes de tudo a própria «AD» que querendo condicionar psicologicamente o eleitorado pôs tudo em jogo, incluindo o governo nas eleições presidenciais.

A «AD» saiu derrotada, os portugueses votaram bem, votaram e defenderam o regime democrático. Mas a «AD» não pode vir agora fazer de conta, fingir, que não houve eleições presidenciais, ignorar que acabou de sofrer uma pesada derrota. Isto é tanto mais verdade quanto os democratas têm que estar alerta face àqueles que se apressam a vir a terreiro, não, exigir a correcção da política antidemocrática da «AD», mas dar-lhe a mão, agora, num momento em que o resultado das presidenciais mostrou mais uma vez que é com o PCP que se solucionam os grandes problemas nacionais.

A reacção foi derrotada, mas procura, já está a fazê-lo, reelaborar o seu plano de subversão do regime. Diremos mesmo que está já a tentá-lo através das anunciadas propostas de revisão constitucional. Procura assim retomar o combate contra o Presidente da República, fixar novamente objectivos pelos quais lutou e perdeu em 7 de Dezembro, e tenta atrair para o seu lado forças e sectores democráticos, pois sozinha não chega lá.

Nós comunistas, reafirmamos que como a vida tem mostrado não é com a reacção que pode haver pactos de regime, só haverá pactos anti-regime, pactos contra a democracia, contra o 25 de Abril.

Como as eleições presidenciais demonstraram, a democracia defende-se na convergência, na convivência, na cooperação dos verdadeiros democratas. Essa convivência, essa convergência só é possível com o PCP. Os portugueses sabem-no e por isso mais de 3 milhões juntaram os seus votos elegendo um Presidente e derrotando também o anticomunismo de faca nos dentes que os dirigentes da «AD» pretenderam trazer novamente à cena política portuguesa. Não pegou, não resultou porque os portugueses prezam a liberdade e os ideais democráticos.

Zita Seabra 6. 1. 81

1981, Ano Internacional do Deficiente

1981 é o Ano Internacional do Deficiente, por iniciativa da Assembleia Geral da ONU.

Portugal, país com 25 mil deficientes vítimas da guerra colonial, tendo no total cerca de um milhão de cidadãos afectados, não pode ficar indiferente a essa jornada de grandes repercussões para a vida dos deficientes e para a mobilização de toda a sociedade no sentido da real integração do deficiente, pelo seu efectivo direito à vida e ao trabalho.

Ainda recentemente a Comissão Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes divulgou o seu Plano Nacional de Acção (PNA) para 1981, que tem como objectivo «sensibilizar e mobilizar a opinião pública e os próprios deficientes para os mais graves problemas que afectam os deficientes portugueses».

Para enfrentar tais problemas, a Comissão Coordenadora, na sequência das conclusões definidas pelo Congresso realizado em Abril de 80, propõe no âmbito das medidas prioritárias a análise da situação presente, e o estudo das causas e prevenção da deficiência, segurança social, educação e ensino especial, habitação, urbanismo e transportes, reabilitação profissional e trabalho, tempos livres e desporto, movimento associativo e integração social.

A Comissão Coordenadora dos Organismos de Deficientes, que realiza este Encontro Nacional de Deficientes e aposta em 1981 como um ano de intensa actividade, esquematiza, nomeadamente, as seguintes reivindicações dos deficientes portugueses: **generalização do Serviço Nacional de Saúde e da assistência sanitária, garantia de pensões e subsídios aos deficientes mais atingidos e dependentes de outrém, o acesso a materiais e meios de compensação físicas, fisiológica, psicológica e profissional, a criação do Instituto de Educação Especial, a revisão da legislação e dos regulamentos de construções urbanas, de modo a adaptá-las às características dos deficientes** (rampas em vez de escadas, portas mais largas, etc.) **e adopção de medidas de protecção legal do primeiro emprego.**

De salientar que as estruturas governamentais continuam a ignorar, na prática, o trabalho da Coordenadora.

Entretanto, também a ADFA (Associação dos Deficientes das Forças Armadas) marcou para este ano (mês de Março) o seu segundo Congresso Nacional, estando previsto igualmente um diversificado conjunto de iniciativas com o objectivo de sensibilizar a opinião pública e o Governo para os problemas dos deficientes. Conferências, colóquios, debates, exposições e jornadas desportivas são algumas dessas iniciativas.

Em recente conferência de Imprensa, a ADFA reivindicou a extensão do salário mínimo nacional a todos os deficientes e a fixação de **uma taxa de integração profissional**, além de ter focado a necessidade de criação de estruturas de assistência social e medicamentosa para os deficientes.

Um trabalho difícil numa frente difícil – as comissões de trabalhadores

- Redobrar e aprofundar esforços
- Despertar novos ânimos e vontades

A propósito da região de Leiria que tem prevista para a amanhã, na Marinha Grande, a criação de uma nova estrutura para as comissões de trabalhadores – uma coordenadora, para a qual há mais de seis meses se trabalha – segue-se uma panorâmica das dificuldades, problemas de vária ordem, objectivos e ânimos despertos para continuar a desenvolver um trabalho difícil numa frente difícil – as Comissões de Trabalhadores.

As comissões e subcomissões de trabalhadores da região de Leiria vão melhorar a sua composição orgânica e a sua capacidade de intervenção nas empresas como estruturas representativas dos interesses dos trabalhadores.

De acordo com a Lei 46/79, uma comissão coordenadora provisória convocou para amanhã, 9 de Janeiro, um **Plenário de Comissões de Trabalhadores da Região.**

No seguimento do trabalho iniciado no distrito há cerca de seis meses, aquela comissão continuou a dinamizar o processo para a eleição da Comissão Coordenadora (CCRL) por forma a que a mesma se realize durante o Plenário de amanhã.

Nesse sentido, a comissão provisória chama a atenção para o facto de que **só os elementos das CTs e SubCTs que aderirem à CCRL é que podem eleger ou ser eleitos** para esse organismo coordenador.

Essa adesão tem de ser decidida pelos trabalhadores de cada empresa por votação directa e secreta. O acto eleitoral deve ser convocado pela CT de acordo com a Lei 46/79, vulgarmente conhecida por Lei das Comissões de Trabalhadores.

A capacidade eleitoral dos elementos das CTs e SubCTs perante a CCRL que se pretende eleger no Plenário de 9 de Janeiro terá de ser comprovada previamente através de uma cópia da acta do referido acto eleitoral.

Esse cópia deve ser acompanhada de uma outra respeitante à eleição da CT. As SubCTs devem enviar, além disso, uma autorização da respectiva CT para a participação na CCRL.

A coordenadora, provisória chama naturalmente a atenção para a urgência de lhe serem remetidos todos esses elementos pelas CTs ou SubCTs que porventura ainda o não fizeram.

Para que a CCRL conte com adesões conscientes todas as estruturas com capacidade para a eleger deverão, segundo a coordenadora actuar por forma que todos os trabalhadores conheçam perfeitamente o alcance da eleição da CCRL e do trabalho que ela pode desenvolver.

Votação e ordem de trabalhos

O Plenário de 9 de Janeiro começa às 21 e 30 na Sede dos Reformados da Marinha Grande. Da ordem de trabalhos constará, além da eleição da CCRL, análise da situação político-social e a marcação do Plenário da Comissão Coordenadora da Região de Leiria para ser discutido e aprovado um programa de acção.

Um documento «obrigatório»

É oportuno recordar que há pouco mais de um mês a Coordenadora das CTs da Região de Lisboa reunia nas instalações do Entreposto Comercial de Automóveis os representantes de 60 mil trabalhadores da zona.

Nas conclusões aí aprovadas por unanimidade, e que têm vindo a ser distribuídas, são analisadas algumas dificuldades internas e externas e sobretudo são assinalados os grandes objectivos a atingir a breve prazo pelas Comissões de Trabalhadores.

A divulgação e o estudo dessas conclusões é, por assim dizer, obrigatório.

Na actual situação social – refere a dado passo aquele documento – **as Comissões de Trabalhadores devem exercer efectivamente os direitos reconhecidos na Lei 46/79. É nas empresas que se dão os primeiros embates de luta, é lá que começa o conteúdo fundamental da acção das CTs. Usando o crédito de horas legal, praticando de forma total ou parcial o controlo de gestão e outros direitos que a lei reconhece, as CTs devem dar combate às tendências que levam o patronato nesta primeira fase a retirar direitos que parecem de somenos importância. A nível interno e através do recurso aos tribunais, as CTs devem desenvolver esforços para que os gestores eleitos pelos trabalhadores entrem em funções.**

As próximas eleições

Para além destas tarefas a exercer sobre a hora (direitos legais, controlo de gestão, entrada em funções dos gestores eleitos) as conclusões focam especialmente o facto de proximamente se realizarem eleições para as CTs. No ponto 7 do documento, dedicado ao assunto, recorda-se que **os prazos estabelecidos na Lei devem ser cumpridos.**

A formação das listas deve obedecer aos princípios orientadores da unidade, ultrapassando-se as divergências ideológicas e quaiquer manifestações de sectarismo e obreirismo. «Nas fábricas, os quadros técnicos e os trabalhadores dos serviços que comungam da identidade de interesses dos restantes trabalhadores devem ser chamados a participar nas listas das CTs, facilitando assim a unidade, a execução do controlo de gestão e o consenso das actividades da CT», sublinham as conclusões.

Depois de um balanço de análise e de resposta aos métodos «revanchistas e de confrontação contra as comissões de trabalhadores e os seus membros», em muitas empresas da região de Lisboa, as conclusões assinalam, nomeadamente, que **as leis do trabalho e a Constituição não estão a ser respeitadas.**

Os gestores eleitos

«As administrações das empresas públicas e nacionalizadas, em conluio com o Governo, impedem ilegalmente a entrada em funções dos trabalhadores eleitos para os órgãos de gestão das empresas».

O patronato e outras entidades responsáveis por grandes empresas, acrescenta o documento, não querem «acatar a Lei das Comissões de Trabalhadores e do Controlo de Gestão, proibindo o seu exercício e recusando-se a dar informações necessárias à sua efectivação».

Os gestores eleitos devem entrar em funções. Nenhuma pretensa regulamentação (que, de resto, nunca mais aparece) pode impedir o cumprimento da Lei 46/79.

Mas os problemas levantados desde início à entrada em vigor dessa disposição legal, as investidas do grande patronato, ou administrações e conselhos de gerência obrigam a redobrar de esforços.

Por intermédio das suas estruturas unitárias, os trabalhadores «têm de saber encontrar as formas de organização e de coordenação que permitam o desenvolvimento da solidariedade e da cooperação».

Os Conselhos de Trabalhadores

Os Conselhos de Trabalhadores criados nas freguesias, nos concelhos ou zonas de Lisboa necessitam de uma melhor reestruturação, de um funcionamento mais regular e actuante.

Concretamente, segundo as conclusões que citamos, «os Conselhos de Trabalhadores de Vila Franca de Xira, Santa Iria, 2.ª e 7.ª Zonas de Lisboa, Sacavém, Amadora e Sintra têm de ser revitalizados através de reuniões quinzenais ou mensais das CTs, elegendo-se novos secretariados.

A paralisação dos concelhos de Oeiras e Cascais, assim como a sua inexistência em Torres Vedras, Azambuja e zonas da cidade de Lisboa afectam o conhecimento das situações e consequentemente o desenvolvimento da solidariedade e da cooperação».

É nesse sentido que as conclusões das CTs de Lisboa se referem nomeadamente, às coordenadoras de sector (indústria naval, metalomecânica pesada, estabelecimentos fabris das Forças Armadas e transportes), pois essas coordenadoras «assumem nesta fase um papel decisivo a nível do controlo de gestão e na participação dos planos que contemplam o respectivo sector».

Ainda em formação, a coordenadora dos bancários «é um exemplo a ser incentivado», sublinham as conclusões.

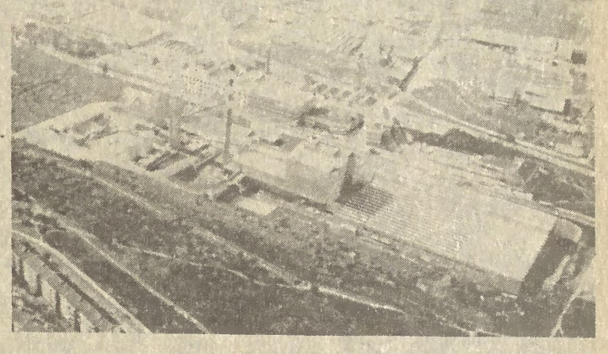
«Noutros sectores, nomeadamente no ramo automóvel e nas indústrias eléctricas há condições objectivas para eleger estruturas de coordenação».

O papel da Coordenadora de Lisboa

A Coordenadora da Região de Lisboa (CIL) deve, segundo as conclusões, desempenhar um papel mais activo, ajudando, designadamente, a «eleger comissões de trabalhadores onde não existam».

As relações com a União dos Sindicatos de Lisboa e com todo o movimento sindical («expressão mais poderosa de organização dos trabalhadores no plano social e reivindicativo») deverão ser aprofundadas pela Coordenadora de Lisboa, criando «as condições para que a solidariedade de classe se alargue e consolide».

Nos locais de trabalho, as CTs e os delegados sindicais «actuando em conjunto», mais facilmente encontrarão as soluções que melhor defendam os interesses dos trabalhadores, salienta ainda o importante documento agora distribuído pela Coordenadora de Lisboa acrescentando que, «a nível de empresa, para além da autonomia e das tarefas específicas de cada estrutura, existem situações onde as fronteiras desaparecem» e devem desaparecer.



De quem é a Covina?

A Covina é uma empresa nacionalizada que produz vidro e emprega cerca de 1200 trabalhadores.

Perante um comunicado recente da CT da fábrica é necessário perguntar de quem é a Covina?

Passemos pelos perigos reais que os trabalhadores denunciam quanto à entrega dos principais interesses da fábrica a uma multinacional francesa que detém parte do capital. Passemos apenas porque nos falta o espaço para referir esse perigo em pormenor; mas solidários, na mesma, com a posição da CT, lembremos que já aqui no «Avante!» o assunto foi tratado ainda recentemente a propósito de uma tomada de posição dos organismos representativos dos trabalhadores.

Por hoje limitamo-nos a perguntar de quem é a Covina, porque sendo a maioria do capital do Estado (capital público, portanto) gostaríamos de saber quem autoriza o esbanjamento dos dinheiros públicos dentro da empresa, quem autoriza que se compre um automóvel de cerca de 4400 contos para cada administrador; quem autoriza que se gastem 5 mil contos em carros para directores e directores de serviços; quem autoriza que se mobilem gabinetes a 500 contos.

Perguntar neste caso ofende... o bolso dos portugueses.

27,5 por cento na Transtejo

- Um êxito para a contratação colectiva

A contratação colectiva, que vai entrar numa fase de revisão interessando cerca de 1 milhão de trabalhadores, atacados pelos novos aumentos de preços de artigos bens e serviços de primeira necessidade, acabou por obter um êxito na Transtejo, bem significativo nesta altura, após movimentação e luta da parte dos mais de 400 trabalhadores da empresa que alcançaram aumentos globais da ordem dos 27,5 por cento.

Os salários propriamente ditos aumentaram 20,75 por cento com efeitos retroactivos desde 17 de Dezembro findo. O subsídio de alimentação passou de 45 para 80 escudos, desde a mesma data e até 1 de Outubro do ano corrente. Depois, passará automaticamente para 90 escudos.

O subsídio de alimentação será pago a partir de um mínimo de 4 horas de trabalho.

Com a mesma retroactividade, o subsídio de chefia aumentou 1000 escudos passando para 2500 escudos. A partir de 1 de Outubro, as diuturnidades serão aumentadas 100 escudos.

O medo da organização laboral é um sintoma da sua força

Os movimentos reivindicativos dos trabalhadores organizados nas empresas e serviços, incluindo naturalmente as formas de luta decididas democraticamente e apoiadas pelo movimento sindical representativo, continuam a deparar com actuações ilegais e impunes da parte de algum patronato.

Entre dezenas de casos e formas de repressão recentes contra vítimas escolhidas (os já tristemente célebres métodos selectivos), onde predominam os delegados sindicais e os membros das comissões de trabalhadores, avultam, pela importância das empresas e pela gravidade do ocorrido, os casos da Torralta e da Petrogal.

As peripécias são conhecidas da imprensa diária. No essencial, quanto à Torralta, após mais uma violação da lei da greve, o caso encaminhou-se rapidamente para a intimidação física e para a detenção de 5 dirigentes sindicais, quando mobilizavam companheiros para a adesão à greve.

No que respeita à Petrogal, o caso vem de mais longe e relaciona-se (ainda!) com a greve vencedora do ano passado.

Como é sabido, essa forma de luta conduzida legalmente desencadeou uma ofensiva da parte do Governo e da direcção da empresa culminando numa requisição civil comprovadamente ilegal.

Mas entretanto a repressão cresceu. A Comissão Central de Trabalhadores (CCT) apurou recentemente que, seis meses depois da greve de Abril, isto é, em Outubro do ano findo foram entregues mais "notas de culpa" do que nos outros onze meses de 1980. O despedimento é, em 90 por cento dos casos, o "assunto" central dessas "notas".

A CCT apurou ainda que, no ano findo, foram levantados (para além do processo colectivo que atingiu 8 trabalhadores da Refinaria de Lisboa na sequência da greve) 28 processos a 41 arguidos.

Entre outros dados divulgados pela CCT ressaltam ainda as 21 "notas de culpa" dos últimos 3 meses do ano findo. 19 apontam o despedimento. 11 estão relacionadas como a greve de Abril.

GNR ao lado da "segurança" privada

A identidade de interesses que existe entre o Governo e a administração da Torralta tem a sua expressão "natural" ao nível da repressão.

Não foi certamente por acaso que os quatro jipes da "segurança" da empresa apareceram juntos com a viatura da GNR (posto de Tróia).

A direcção do Sindicato da Hotelaria do Sul, que confirmou a detenção, responsabiliza a autoridade máxima daquele posto pelo sucedido. Considerando a detenção "ilegal e arbitrária", o Sindicato "tudo fará para apurar as responsabilidades" por aquilo que justamente considera uma "gravíssima violação dos direitos colectivos dos trabalhadores".

A rápida saída em liberdade dos dirigentes sindicais detidos em Tróia, logo que o Sindicato interveio junto do Comando-Geral da GNR, confirma a acusação de sindicalistas segundo os quais o chefe de posto daquela localidade agiu a mando da administração da Torralta, sem qualquer motivo legal para intervir. Limitou-se, afinal, a apoiar a repressão interna instalada pelos administradores, inclusivamente através dos elementos da "segurança".

Que se saiba, não é essa a função da GNR em nenhum ponto do País.

Contra a repressão na Petrogal

O medo da organização

Mas o medo da organização dos trabalhadores nas empresas continua a determinar atitudes de alguns patrões, chamem-se eles administradores ou outra coisa qualquer.

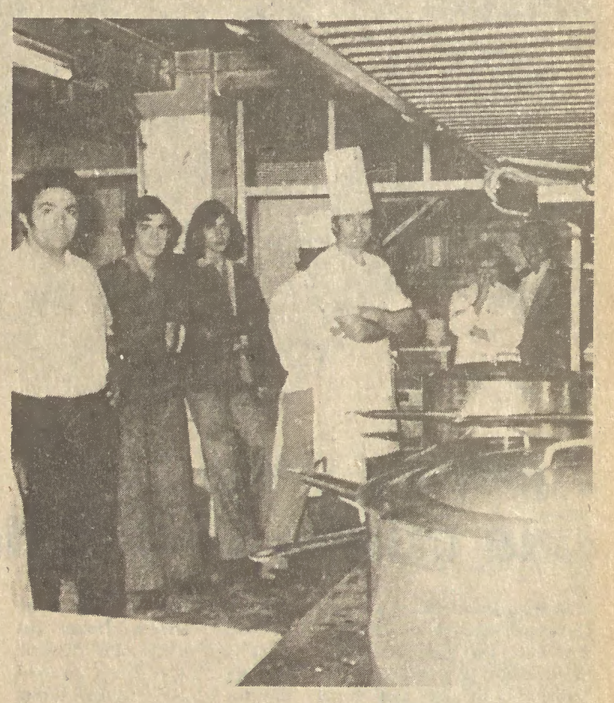
Pode parecer estranho, mas não é o movimento "espontâneo", a atitude anárquica, o acto individual que assusta esse patronato que se protege com "polícias privadas" e acarinha os promotores do divisionismo.

Essas atitudes e actos podem até ser "provocadas" e estimuladas por esse patronato quando lhe convém.

O que é grave para esses patrões e desencadeia a repressão é o funcionamento organizado das organizações representativas dos trabalhadores dentro das empresas e serviços.

No fundo, é a base da democracia e do funcionamento das instituições democráticas, através de uma das suas células de base, que assusta esse patronato e o leva a recorrer constantemente a processos e atitudes ilegais.

Por isso (também) a resposta dos trabalhadores tem de ser, cada vez mais, unida e organizada. Por isso é indispensável que a prática da unidade seja uma preocupação constante, que o reforço da organização possa parar, legalmente e com eficácia, qualquer ofensiva contra os delegados sindicais, contra os membros das comissões de trabalhadores e contra o funcionamento desses órgãos representativos dos trabalhadores por eles eleitos de acordo com a Constituição e as leis do País.



Fusão na hotelaria

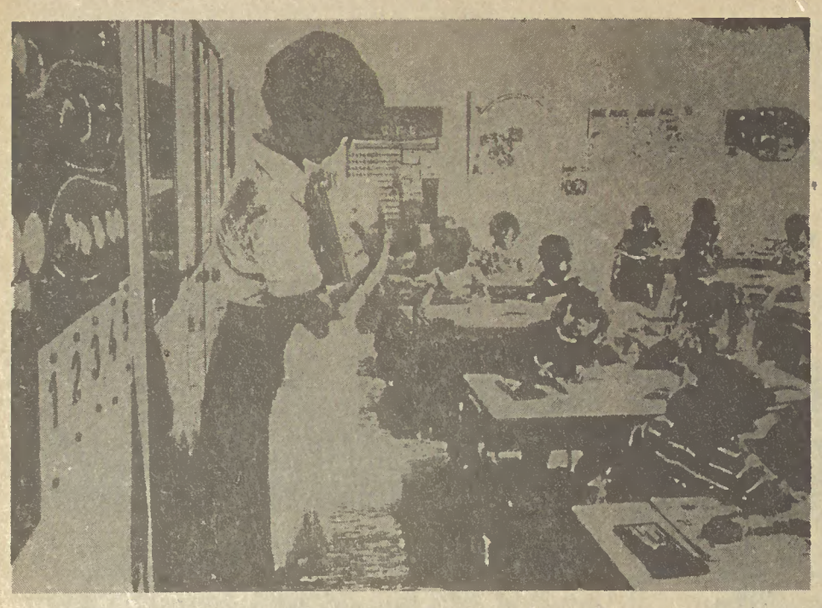
Os distritos de Coimbra, Leiria, Guarda, Castelo Branco e Viseu vão passar a ser abrangidos por um único sindicato para o sector da hotelaria e turismo.

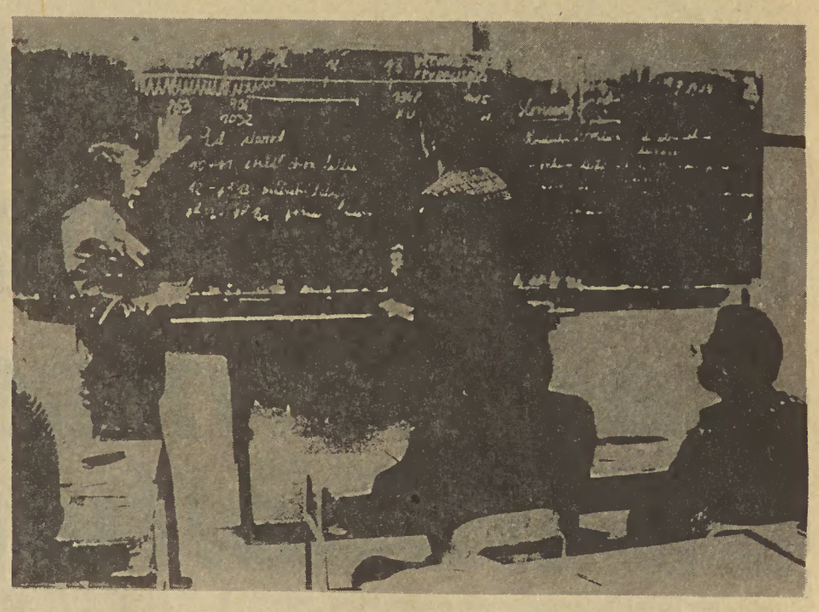
Um comunicado da comissão dinamizadora da nova associação sindical, que resultará da fusão de três sindicatos de âmbito distrital, efectuou entretanto dezenas de plenários de empresa e de zona para discutir este importante processo de reestruturação sindical que se concretizará no próximo dia 17, através de uma votação iniciada anteontem em Coimbra e que prosseguirá em 33 sessões por empresas e zonas da região.

A nova associação sindical adoptará a designação de Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro.

Decidida democraticamente e nos termos da lei, esta nova fusão vem juntar-se a dezenas de outras já efectuadas em vários sectores e contribui, através da prática unitária, para o reforço do movimento sindical e para a própria verticalização.

Caso a caso, processo a processo, assim se vão cumprindo as deliberações do III Congresso da CGTP-IN, pondo em prática o seu programa de acção.





Vítor Crespo/Cavaco e Silva: a política do silêncio

Professores e outros trabalhadores do Ensino sem salários de Dezembro

• *Que «problema» é esse que já está «resolvido», sr. ministro da Educação?*

Que se passa com os vencimentos de Dezembro (e 13.º mês) de muitos dos professores e outros trabalhadores do Ensino? Quais as razões que levaram ao atraso desses pagamentos?

O Ministério da Educação diz que o «problema» já está resolvido, havendo neste momento atrasos apenas de ordem burocrática...

Entretanto, numerosos professores e outros trabalhadores do sector e mesmo a opinião pública continuam a não perceber qual é o «problema» que o MEC promete estar já resolvido.

Por agora, a realidade é uma: há escolas de vários graus de Ensino – do primário ao universitário – que não puderam pagar os salários e o 13.º mês aos docentes (na Universidade foram os professores assistentes os mais sacrificados), enquanto outras estão presentemente em ponto de ruptura financeira caso não recebam de imediato as verbas a que têm direito.

• O filme dos acontecimentos

Tanto o Ministério da Educação como o das Finanças – departamentos directamente envolvidos na questão – não se preocuparam até agora em dar qualquer explicação, mesmo incompleta, das causas do problema.

Alguns órgãos de informação (e dizemos **alguns** porque o assunto não beneficia a imagem da política AD, razão de ser da maior parte dos órgãos de Comunicação Social, controlados pelo «pluralismo» do PPD e CDS) têm, entretanto, avançado alguns aspectos preocupantes, perante o silêncio comprometedor daqueles dois Ministérios.

1.

Nos primeiros dias de Dezembro o ministro Cavaco e Silva, titular da pasta das Finanças, ordenou à Direcção-Geral da Contabilidade Pública (10.ª Delegação), organismo que coordena e fiscaliza a saída de verbas para o sector do Ensino, o cancelamento do envio de autorizações de pagamento dos vencimentos do pessoal das escolas.

2.

Ao que parece, aquela iniciativa do ministro Cavaco e Silva tem a ver com uma transferência de verbas. Ao Ministério da Educação teriam sido retirados, à última da hora, cerca de três milhões de contos. Para onde foi esta verba? A verdade é que não há ainda uma certeza. Contudo, há quem aponte a hipótese do seu desvio para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira para a concretização de uma certa política eleitoralista...

3.

Na segunda semana de Dezembro realizou-se uma «misteriosa» reunião entre os ministros das Finanças, Educação e Administração Interna, desconhecendo-se os assuntos aí abordados.

4.

Posteriormente, o ministro Cavaco e Silva dá nova orientação à 10.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Desta vez, dá-se luz verde ao envio de autorizações para o pagamento dos salários. Tal decisão só pode ser relacionada com a reunião (efectuada ou no dia 18 ou no dia 22 de Dezembro) entre os ministros da Educação e das Finanças, respectivamente Vítor Crespo, que se mantém no Governo Balsemão, e Cavaco e Silva.

5.

O atraso desta última decisão do ministro das Finanças teve as consequências que não são difíceis de prever se tivermos em conta que o Ministério da Educação é sem dúvida um dos mais pesados aparelhos burocráticos do Estado: grandes atrasos, maiores problemas e confusão nas secretarias das escolas, muitas das quais a funcionar com um número insuficiente de empregados administrativos.

6.

Face ao problema, a reacção da 10.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública (Ministério das Finanças) é completamente diferente da Direcção-Geral de Pessoal do Ministério da Educação. Comenta a primeira: o que sucedeu foi falta de verba; as escolas esgotaram o seu orçamento; como causas da ruptura aponta as despesas com o pagamento das «fases» aos professores e refere que o problema teria sido resolvido se a Direcção-Geral de Pessoal do MEC avisasse a tempo, podendo na devida altura a Assembleia da República ter votado uma dotação suplementar.

Por seu turno, diz a DGP do Ministério da Educação: a responsabilidade e a competência necessárias à resolução do problema devem-se inteiramente à 10.ª Delegação da DGCP (Ministério das Finanças). Acrescenta aquele departamento que na devida altura tratou de todas as questões relacionadas com a concretização dos orçamentos: dividiu as verbas por escola, garantiu a distribuição dos ajustamentos financeiros à luz das últimas decisões do ministro e garantiu também a distribuição de verbas destinadas à formação em exercício (profissionalização de novos docentes), pagamentos de horas extraordinárias e subsídios de alimentação, entre outras rubricas.

Um filme negro em sete pontos, ou de como professores e outros trabalhadores do ensino sofrem as consequências de uma política acima de tudo incompetente

7.

Compreende-se agora que as verbas para o pagamento dos salários são retirados às verbas destinadas às requisições das escolas. Entretanto, não deixa de ser irónico registar que este ano o Ministério das Finanças tinha anunciado um extremo rigor quanto ao encerramento do ano fiscal. Mais: as escolas que até 31 de Dezembro não levantassem as requisições de fundos de funcionamento perdiam-lhes o direito, embora o atraso na aprovação do Orçamento Geral do Estado (OGE) tenha impedido que as escolas fizessem os seus planos de investimento.

A informação do MEC quanto às verbas a atribuir a cada unidade escolar só foi divulgada já tardiamente, em pleno período de férias. Assim, as escolas acabaram por solicitar apenas os ajustamentos financeiros que lhes pareceram mais apropriados somente para o funcionamento quotidiano (portanto, só para as despesas correntes mínimas). Só em Setembro e Outubro é que estas solicitações foram analisadas nos gabinetes do MEC, tendo algumas delas sido atendidas já a meio do mês de Dezembro. É caso para perguntar: como é que as escolas poderiam levantar as suas requisições de fundos se as verbas para esse efeito foram destinadas ao pagamento dos salários (que aliás ainda está muito atrasado!)?

Conclusão

A conclusão que poderemos retirar de tudo isto que aqui ficou dito é que um diferendo entre dois Ministérios prejudica em pleno Natal de 1980 milhares de professores e outros trabalhadores do sector do Ensino. Como é possível descer tão baixo na inoperância, no desrespeito pelos mais legítimos direitos de quem trabalha, de quem ajuda a formar os novos cidadãos, os novos quadros da sociedade? Como é possível estabelecer tanta confusão e jogar com este à-vontade com os salários de tantos portugueses?

Docente do Ensino Especial

O empenho humano e profissional «pago» com a marginalização...

O leitor sabe, por acaso, o que é um docente do Ensino Especial?

A verdade é que muito pouca gente conhece de facto as características dessa profissão, sem dúvida uma das mais importantes no âmbito da assistência social.

Trata-se de um trabalho duro, que exige muita aplicação, muito carinho pelas crianças, muito empenho profissional e humano. É uma profissão de autêntica luta quotidiana, uma luta em que se aplicam todas as forças e iniciativas para que às crianças e aos jovens deficientes sejam abertos os caminhos de uma real integração na sociedade.

Quem são, na sua maioria, os professores do Ensino Especial?

São docentes que a princípio estiveram ligados ao Ministério da Educação, sendo mais tarde destacados para a esfera do Ministério dos Assuntos Sociais. Devido ao seu espírito de solidariedade humana e à sua capacidade de trabalho em favor das crianças deficientes, passaram duma área exclusivamente dedicada ao Ensino para uma mais afecta às questões da Saúde, de acordo com a organização ministerial presente.

Que se passou, entretanto?

Por mais incrível que pareça, a verdade é que com a mudança de sector aqueles funcionários públicos perderam regalias e direitos em relação aos seus colegas do Ensino Normal.

Além de receberem salários inferiores, não lhes é reconhecida pelo Ministério dos Assuntos Sociais a qualificação por antiguidade (esquema mais conhecido por «fases», no Ensino Normal). Apesar da extrema injustiça que se vai desenrolando, os sucessivos titulares do MAS nada fizeram.

Uma das consequências desta situação foi o retorno de muitos daqueles docentes para o Ensino Normal, uma vez que se manteve o vínculo de contrato inicial com o Ministério da Educação. Mas é claro que o retorno da grande maioria desses professores decorreu com desgosto e desilusão. Para trás ficou uma tarefa incompleta, na qual depositaram o entusiasmo e a força humana próprias dos profissionais que assumem a cem por cento os objectivos de um trabalho que o poder político nunca mais estimula e apoia.

Os Sindicatos dos Professores avançam a este propósito que nos dois últimos anos cerca de 150 docentes deixaram o Ensino Especial voltando para a área do Ministério da Educação.

Um sector já de si caracterizado por enormes deficiências e escasso número de quadros ficou mais pobre e mais incapaz para corresponder às necessidades do Ensino Especial no nosso país.

Supremo Tribunal com os docentes

A situação arrastou-se e o Ministéro dos Assuntos Sociais manteve-se intransigente. Fugiu ao diálogo com os representantes dos docentes. Escamoteou realidades. Negou direitos.

Entretanto, um grupo de professores organizou-se e levou o caso ao Supremo Tribunal Administrativo, que em 22 de Maio de 1980 emitiu um acordo no qual se salienta que os direitos reclamados pelos docentes do Ensino Especial têm toda a legitimidade.

O MAS devia processar as fases aos docentes, tal como o Ministério da Educação faz com os seus professores.

O Ministério dos Assuntos Sociais não se importou com a decisão do Supremo. Limitou-se a dizer que os acordãos do tribunal não têm legitimidade face ao poder ministerial!

O protesto sindical

Contra a política do Ministério, surge entretanto a voz unida de todas as organizações sindicais dos professores protugueses. Ainda recentemente, numa reunião efectuada em Coimbra com a participação de elementos das direcções sindicais da zona Norte, Centro, Grande Lisboa, Sul, Açores e Madeira, foi aprovado um documento em que se «apresenta publicamente a mais veemente denúncia pela inoperância que o Governo continua a manifestar neste sector».

Depois de referir que «os Sindicatos enviaram ao ministro dos Assuntos Sociais um telegrama que consubstancia a exigência de resolução positiva dos problemas profissionais», o texto aprovado pelas direcções sindicais em Coimbra (várias integradas por militantes do PSD) comenta que a fuga ao diálogo por parte do MAS «constitui um factor insustentável para as crianças deficientes e para os trabalhadores do sector».

O Governo AD» tem agora um novo ministro na pasta dos Assuntos Sociais. Que fará?

Se colaborar com a «filosofia» dos dirigentes do Ministério da Educação, o mais certo é o Governo apelar para a **boa ajuda** da «iniciativa privada»...

Apenas para 13% das crianças deficientes

Segundo elementos da Direcção-Geral do Ensino Básico (organismo do Ministério da Educação) relativos ao ano lectivo de 76-77, Portugal tem pelo menos 96 mil crianças e jovens deficientes com idade inferior a 16 anos.

Desses, só 13 mil estão abrangidos pelos serviços do Ensino Especial.

Que pensam fazer os dirigentes políticos da «AD»? Após um ano de governo (sem contar, portanto, com a orientação de direita de anteriores executivos), a primeira conclusão que podemos tirar é que a «AD» quanto menos eficiente for o Ensino Especial, melhor. Quanto menos condições de trabalho forem dadas aos docentes e restante pessoal, melhor. Quantos menos direitos salariais e outros forem estabelecidos para esses trabalhadores melhor.

E as crianças deficientes continuam esquecidas! Até parece que para a «AD» a assistência a 13 por cento (!!!) das crianças e jovens deficientes é capaz de ser de mais....

Comemoração «AD» do Ano do Deficiente

1981 é o Ano Internacional do Deficiente.

Sabe o leitor como é que o Governo «AD» decidiu antecipar o início das iniciativas oficiais para a sua comemoração?

Em Setembro de 1980 emite um despacho no qual se estabelece o aumento de 20 por cento para as tarifas do Ensino Especial.

Consequência: menos crianças deficientes apoiadas por esse serviço!

Semana

30
Terça-feira

1918 – Fundação do Partido Comunista da Alemanha.

O diário madrileno "El País" revela que elementos da Organização do Exército Secreto (OAS), grupo terrorista francês que em 1962 tentou impedir o processo de independência da Argélia, colaboram com a polícia espanhola no combate à ETA ■ Centenas de médicos holandeses ocupam páginas inteiras de publicidade nos principais jornais do país para advertirem das consequências de um holocausto nuclear, salientando que a ciência médica seria importante para debelar as consequências mesmo de um pequeno conflito atómico ■ Rodney Arismendi, primeiro-secretário do Partido Comunista Uruguaio, declara em Havana que o êxito alcançado pelas forças democráticas e progressistas uruguaias no recente referendo plebiscitário organizado pela ditadura fascista, abre perspectivas optimistas quanto à vitória definitiva ■ O ministério dos NE vietnamita acusa a China de se preparar para uma nova guerra de agressão contra o seu país e de intensificar provocações armadas ao longo da sua fronteira comum ■ O governo iraniano anuncia estar disposto a considerar contra-propostas dos EUA ao seu pedido de 24 biliões de dólares em garantias a troco da liberdade dos 52 reféns americanos.

31
Quarta-feira

1936 – Morre em Salamanca o escritor e pensador espanhol Miguel de Unamuno.

Raoul Walsh

As previsões do relatório económico anual da Comissão das Comunidades Europeias calculam para 1981 um aumento de desemprego nos países da CEE de uma amplitude sem precedentes, fazendo subir o número de desempregados para oito milhões e a taxa de desemprego para o novo valor recorde de 6,8% ■ Uma grande explosão de origem criminosa abala o mais importante hotel turístico do Quénia, fazendo numerosas vítimas ■ Abdou Diouf toma posse como presidente do Senegal, substituindo Leopoldo Senghor, o homem que dirigiu o país nos últimos 20 anos, o qual preparou cuidadosamente a sua substituição, que agora aconteceu após uma fase bem amadurecida de transição de poderes ■ O presidente francês Giscard D'Estaing e o chanceler da RFA, Helmut Schmidt, aproveitam as tradicionais mensagens de Ano Novo para lembrarem aos seus concidadãos a crise económica que grassa na Europa capitalista ■ Seguindo o exemplo da França e da Bélgica, a RFA decide não contribuir para o orçamento suplementar da CEE decidido pelo Parlamento Europeu ■ O senador republicano Malcolm Wallop declara que a próxima administração Reagan vai fazer pressão para um desenvolvimento mais rápido de armas *laser*, com base no espaço, contra "os mísseis balísticos soviéticos" ■ Morre em Los Angeles, vitimado por uma crise cardíaca, o realizador norte-americano Raoul Walsh, grande nome da história do cinema; tinha 88 anos.

1
Quinta-feira

1956 – É proclamada a independência da República Democrática do Sudão.

Grécia na CEE; e agora...?

Morre em Toronto com 69 anos o escritor e professor canadiano Marshall Mcluhan, que se destacou como teorizador da Comunicação, onde estabeleceu um aforismo célebre: "A Mensagem é a Forma", sobrelevando com isso a importância da *forma* da mensagem sobre o seu conteúdo ■ Sam Nujoma, presidente da SWAPO, garante que continuará a sua luta para que a Namíbia se torne independente em 1981 ■ A Grécia torna-se oficialmente o 10.º Estado membro da Comunidade Económica Europeia (CEE); nos discursos de circunstância proferidos na cerimónia não foram minimizados por ninguém as dificuldades que a adesão da Grécia provocará tanto no seio da periclitante comunidade como na própria Grécia ■ O governo de Carter anuncia que prolongará por mais dois meses o "embargo" de cereais à URSS ■ Segundo o ministério da Justiça dos EUA, Nova Iorque foi, em 1980, a cidade do mundo onde se cometeram mais assassínios.

2
Sexta-feira

1959 – O ditador cubano Fulgêncio Baptista foge do país.

O parlamento italiano decide terminar mais cedo as suas férias de Inverno para um debate especial sobre o surto terrorista que assolou a Itália no início deste ano ■ Um porta-voz das Nações Unidas declara que soldados israelitas, que mataram cinco guerrilheiros palestinianos no sul do Líbano, empilharam os corpos fazendo-os deflagrar com explosivos ■ O Comité Democrático do Haiti acusa a ditadura de Jean Duvalier de fazer tráfico de pessoas para a República Dominicana ■ As autoridades de El Salvador revelam que foram mortas 20 pessoas no país no primeiro dia do ano ■ O ditador das Filipinas, Ferdinando Marcos, anuncia que continuará a deter todos os poderes mesmo após a suspensão da lei marcial que vigora no país.

3
Sábado

1970 – Proclamação da nova Constituição do Congo Brazzaville, que passa a chamar-se República Popular do Congo.

O governo de Carter "adverte" o Irão de que as últimas propostas dos EUA para resolver a crise dos reféns expirarão "automaticamente" quando o presidente eleito, Ronald Reagan, for investido em 20 de Janeiro ■ O presidente da SWAPO, Sam Nujoma, reúne-se em Luanda com ministros da Linha da Frente como preparativo para a conferência de Genebra sobre a Namíbia ■ A hierarquia católica boliviana reage energicamente ao encerramento "temporário" do matutino "Presencia", considerando-o uma tentativa para calar a voz da Igreja e provocar uma rotura nas relações Igreja-Estado; a decisão foi tomada na passada segunda-feira pela ditadura militar fascista.

4
Domingo

1948 – Proclamação da República em Burma.

O "Washington Post" acusa a Casa Branca de estar a encobrir documentos sobre o passado do general Alexander Haig ■ O comandante supremo da NATO, o general norte-americano Bernard Rodjers, "considera" que os EUA devem aumentar a sua produção de armas químicas.

5
Segunda-feira

1895 – O físico alemão Wilhelm Roentgen anuncia a descoberta dos Raios X.

Três deputados do partido trabalhista britânico partem para o Afeganistão a convite do governo de Kabul ■ O secretário de Estado da Casa Branca, Jody Powell, afirma que o caso dos reféns norte-americanos no Irão pode levar os EUA a "agir", não pondo de parte uma acção militar ■ Entram em greve cerca de 6500 trabalhadores da maior mina aurífera das Filipinas (a Benguet Corporation), por tempo indefinido e desafiando a lei marcial que sustenta no poder o ditador Ferdinando Marcos.

6
Terça-feira

1942 – A URSS apresenta a primeira nota sobre os crimes de guerra dos nazis.

Gaston Thorn

O luxemburguês Gaston Thorn substitui Roy Jenkins, da Grã-Bretanha, na presidência da Comissão Executiva da CEE, para um mandato de quatro anos onde terá de se defrontar com o agudizar das contradições entre os Estados membros do chamado Mercado Comum ■ Decorre em Barcelona o congresso do Partido Socialista Unificado da Catalunha (ramo catalão do Partido Comunista Espanhol) ■ O governo italiano rejeita a exigência dos terroristas das "Brigadas Vermelhas" de acesso aos meios da comunicação social italiana, como condição para a "suspensão da condenação à morte" do juiz sequestrado, Giovanni d'Urso.

Conferência em Genebra sobre a Namíbia: *a África do Sul em cheque*

Iniciou-se em Genebra a conferência sobre a Namíbia que, entre 7 e 14 de Janeiro, deverá elaborar um plano de concessão de independência a este país pela via de eleições realizadas sob a égide da ONU.

São múltiplos os problemas que se defrontam nesta conferência, e que na verdade se resumem a um facto: a recusa por parte da África do Sul em conceder uma verdadeira independência à Namíbia. Três dias antes do início dos trabalhos em Genebra, essa recusa foi uma vez mais reafirmada. Falando através da Rádio sul-africana, o ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Pretória, Rollof Botha, declarou que "A África do Sul prefere ver agravada a sua confrontação com a comunidade internacional a entregar o poder na Namíbia à SWAPO". Entretanto, a SWAPO é, desde 1973, reconhecida pela ONU como "único representante legítimo do povo da Namíbia"...

É longa a história da luta do povo namibiano contra a ocupação por parte da África do Sul. Encabeçada pela SWAPO, a guerra de libertação teve início há 14 anos, em 1966. Não é por acaso que foi extactamente em 1966 que a ONU anulou o mandato da África do Sul para governar a Namíbia, encetando um processo de independência a nível internacional. A influência da SWAPO foi sempre crescendo. Em 1973 foi reconhecida pela ONU como único representante legítimo do povo namibiano. Em 1978 as suas Forças Armadas efectuaram com êxito operações no interior do país que levaram à criação de zonas libertadas. Reforçaram-se as posições políticas do movimento que unificou diferentes grupos patrióticos. E, nos dois últimos anos, a guerra de libertação ganhou uma nova dimensão. Passou a ser evidente para todos – e também para a África do Sul e para o mundo capitalista – que o Exército da África do Sul não tem quaisquer hipóteses de esmagar a guerrilha.

A esta evolução progressista da batalha do povo da Namíbia pela sua libertação prende-se a própria evolução do processo independentista a nível internacional e as várias tácticas utilizadas pela África do Sul. Após recusas sucessivas por parte da África do Sul de conceder a independência à Namíbia nos moldes avançados pela ONU, registou-se um certo progresso em 1978 – ou seja no ano de ascenso da luta armada da SWAPO: então, o Conselho de Segurança da ONU aprovou, por proposta dos EUA, Inglaterra, França, RFA e Canadá, que constituíram o chamado "grupo de contacto", um plano que previa o cessar-fogo no país, a realização de eleições livres supervisadas por representantes da ONU, a criação de uma zona-tampão entre a Namíbia e Angola e a instalação de contingentes militares provisórios da ONU na zona. O projecto foi apoiado pela SWAPO e os países da "linha da frente". Ainda que com reservas, a União Soviética deu também a sua aprovação. Formalmente, Pretória também concordou com o plano.

Na verdade, a prática prosseguida entretanto pela África do Sul demonstra à saciedade que o projecto de Pretória é pura e simplesmente manter a Namíbia na sua dependência através de um governo fantoche e, para isso, adiar o mais possível a concretização de quaisquer planos da ONU. Pretória tem conseguido tais adiamentos através de sucessivos pretextos artificiais e contando com apoios – como conta – por parte do mundo capitalista. Criou entretanto órgãos de poder fantoche na Namíbia: uma "assembleia nacional", um "conselho de ministros" que integra elementos da Aliança Turnhalle, agrupamento pró-racista que tem como objectivo a criação de um Estado fantoche no território da Namíbia. À cabeça do "conselho de ministros" foi colocado um colono branco: Dirk Mudge. Na verdade, tal "gabinete" tem competências bem limitadas – não tem qualquer poder sobre a direcção dos ramos-chave da economia,, das finanças, da rede rodoviária, dos postos dos negócios estrangeiros, da polícia e das Forças Armadas.

Em 24 de Novembro do ano findo, o secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, apresentou ao Conselho de Segurança um relatório em que sugeria a realização da conferência de Genebra.

Como os factos – e também os mais recentes – demonstram à saciedade, a África do Sul está profundamente empenhada em evitar um verdadeiro processo de independência para a Namíbia. Assim o confirmam as palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros. Por outro lado o governo de Pretória continua a aumentar a sua presença militar na Namíbia, em flagrante contradição com o projecto da ONU. Os corpos de ocupação sul-africanos ultrapassam os 70 mil efectivos e estão a ser mobilizados indígenas sul-africanos e namibianos com o propósito evidente de "africanizar" o conflito.

A luta armada conduzida pela SWAPO é um elemento fundamental no processo de independência da Namíbia

"A SWAPO dará todo o seu contributo para que a conferência seja coroada de êxito – afirmou na véspera de Genebra Sam Nujoma, presidente da Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO). O nosso objectivo consiste em examinar as vias possíveis para a solução do problema do povo namibiano no âmbito do plano da ONU, que prevê a retirada daquele território da totalidade das tropas de ocupação da África do Sul e a realização de eleições gerais sob a égide das Nações Unidas". Também na reunião de Luanda os países da "linha da frente" afirmaram a sua determinação de tudo fazer para que a conferência de Genebra sobre a Namíbia termine com êxito.

A África do Sul não tem saída. A somar à sua evidente incapacidade de impedir o crescimento da luta do povo da Namíbia, nomeadamente no domínio militar, soma-se agora a sombra do exemplo ainda recente do Zimbabwé. As múltiplas manobras, somadas à repressão, às agressões contra Angola, não darão os almejados resultados. O fim do "apartheid" em África está cada vez mais próximo.

Terrorismo um problema político

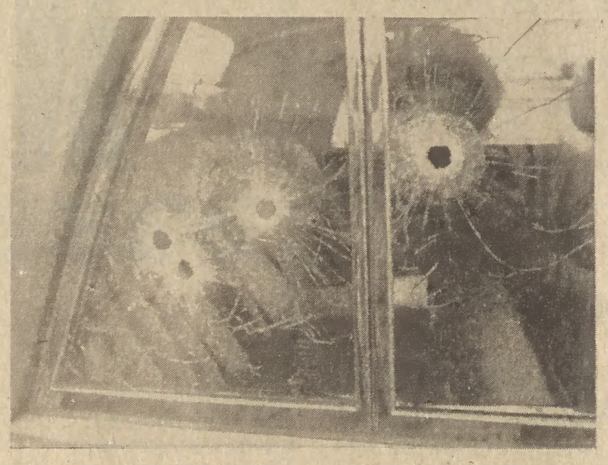
No dia 12 de Dezembro as Brigadas Vermelhas raptaram o magistrado Giovanni D'Urso, encarregado da distribuição de detidos nas prisões italianas. Formalmente o objectivo desta operação seria obter o encerramento da prisão de alta segurança de Asinara.

Neste momento o magistrado D'Urso está virtualmente condenado à morte pelos seus raptores apesar de se proceder ao encerramento da cadeia de Asinara, afirmando-se embora que esse encerramento se deve a uma aspiração manifestada várias vezes por algumas forças políticas e pelo Ministério da Justiça. As reivindicações das Brigadas Vermelhas ganham novo cariz. As cumplicidades evidentes chegam à imprensa através de uma entrevista das Brigadas ao semanário «L'Expresso» que assim utiliza canais que poderiam conduzir à detenção dos raptores.

O rapto do magistrado D'Urso segue-se a uma sequência de outros actos terroristas. No fim de Dezembro 18 guardas da prisão de «máxima segurança» de Trani foram sequestrados por terroristas presos, membros das Brigadas. Uma operação desencadeada 24 horas depois por um comando especialmente treinado da polícia libertou os reféns. Dois dias depois o general Enrico Calvaligi, encarregado das prisões italianas de «máxima segurança» foi morto a tiro em Roma.

O balanço dos dois últimos anos é significativo. 1979 – 2200 atentados, 22 mortos. 1980 – 1200 atentados, 114 mortos e 235 feridos, incluindo as vítimas do massacre da estação ferroviária de Bolonha, no Verão passado, onde morreram 85 pessoas.

Este conjunto de factos aponta para que as raízes dos actos terroristas têm pouco ou nada a ver com as razões invocadas para os justificar. O recente escândalo de petróleo, que não só fez ressaltar uma enorme fraude fiscal calculada em cerca de 150 milhões de contos, mas também operações de tráfico de armas e a grave questão da política externa oculta italiana – está a fazer alguma luz sobre as relações entre tais manobras políticas e acções terroristas de profundas implicações na vida italiana, como foi o caso do assassinato de Aldo Moro, em Maio de 1978 (não será por acaso que a justiça se arrasta tanto em situações como essa). A implicação real de todas as forças políticas no governo tal escândalo dá-nos uma ideia da amplitude das possibilidades, dos pontos de contacto e da afinidade de certos interesses, entre terrorismo e poder de Estado.



A actual situação política italiana é particularmente complexa. Ali, pode justamente dizer-se que os governos vivem – ou sobrevivem – em crise perpétua. Pertencem ao passado os governos da «solidariedade nacional» apoiados pelo Partido Comunista Italiano. A Decmoracia Cristã está em crise aberta. O escândalo do petróleo provocou um profundo abalo nacional. A incúria oficial face ao drama do terramoto,, o crime e o roubo organizado que então proliferaram, dão a imagem de um poder apodrecido que a extrema-direita, então como hoje, tentará aproveitar para exigir um «governo forte».

A pedido do Partido Comunista Italiano, o Parlamento reúne-se dia 8 em sessão especial, destinada a discutir o problema do terrorismo. Um debate a realizar em plena crise, quando aumentam as tensões no seio da coligação governamental com os socialistas a recusar o reforço das leis antiterroristas, e os democratas-cristãos, sociais-democratas e republicanos exigindo «urgência e actos concretos».

A tensão a nível de poder tem agora ainda outras razões para se acentuar. Depois da entrevista dos terroristas ao «L'Expresso», muitos funcionários do departamento prisional do Ministério da Justiça pedem guarda-costas armados. A instabilidade e a insegurança estão solidamente instaladas no quotidiano.

Quando do funeral do general Enrico Galvaligi, o povo italiano manifestou uma vez mais a sua oposição e repúdio pelo terrorismo. Uma exigência nacional que esbarra entretanto com uma realidade que os factos cada vez mais confirmam – o terrorismo e o poder político actual em Itália são, em grande parte, duas faces da mesma moeda. Não se trata de uma mera questão de polícia. É, inequivocamente, um problema político.

7 de Janeiro, uma data histórica para o povo do Kampuchea

No dia 7 de Janeiro de 1970, completa-se agora um ano, tinha terminado vitoriosamente a ofensiva da Frente de Unidade Nacional para a Salvação do Cambodja (FUNSK) que, em 13 dias, levou ao derrubamento do regime de Pol Pot. Esta vitória fulminante evidenciava a adesão popular ao apelo da FUNSK: «É chegada a hora da revolução». Por muito que o imperialismo tivesse divulgado a ideia de que se tratava de invasão por parte do Vietnam – e continua a fazê-lo, a propósito e a despropósito, centrando embora hoje as suas atenções sobre outras revoluções e países socialistas, como é o caso do Afeganistão e da Polónia – era difícil explicar como é que um povo que em luta heróica expulsara os fantoches promovidos a poder por Washington se tinha transformado em massa amorfa joguete de interesses alheios. Tratava-se, sim, como então destacou a Frente num comunicado, da «maior vitória alguma vez registada na história do Cambodja».

Nesse dia histórico para o povo do Kampuchea o país partia de uma situação mais grave ainda do que o subdesenvolvimento. A isso havia que somar o genocídio, a liquidação sistemática de todos os indícios de civilização, a destruição da economia. Entre a população activa, 45% tinha sido exterminada, assim como 80% dos trabalhadores qualificados. Os trabalhadores intelectuais, os professores, os artistas, tinham sido reduzidos a 10% dos existentes em 1975. As cidades estavam esvaziadas da sua população. Na capital restavam 37 000 dos seus três milhões de habitantes. Não havia fábricas, nem escolas, nem hospitais. A total dispersão das famílias conduziu, depois da revolução de Janeiro, a um movimento contínuo pelas estradas e caminhos do país. Era o regresso às respectivas terras, às casas que tinham sido forçados a abandonar, o reencontro entre gente separada à força pela «lógica» de dividir para reinar, levada a extremos de desumanização dificilmente concebíveis.

Em Maio de 1980 o Kampuchea pôde finalmente anunciar que o flagelo da fome tinha sido finalmente vencido. «Graças aos intensos esforços de recuperação das terras incultas e ao auxílio eficaz do Vietnam, União Soviética e outros países socialistas» – como então salientou o vice-presidente do país, Penn Sovan.

Hoje a vida no Kampuchea está normalizada. As dificuldades vão sendo sucessivamente superadas. A par da agricultura, foi reactivada a indústria. Foram formados dezenas de milhares de professores e abertas milhares de escolas. A nível da saúde conseguiu-se a erradicação das epidemias. A vitória de 7 de Janeiro de 1979 foi bem a vitória do povo do Kampuchea sobre os que tentaram invalidar a luta heróica de anos pela liberdade finalmente alcançada.

Hoje finalmente foi possível a reunificação das famílias dispersas pelo regime de Pol Pot

Desde os primeiros dias do levantamento popular o povo do Kampuchea apoiou a Frente

Preocupantes perspectivas da política externa dos EUA

O ano de 1980 terminou com alguns factos significativos para 1981. A constatação – universal – da agravada crise do mundo capitalista, com previsões sombrias no que respeita a desemprego, inflação e desenvolvimento económico, e a posse do novo governo norte-americano, encabeçado por Reagan e com uma figura como Haig para secretário de Estado. Paralelamente, a consolidação e o desenvolvimento de vários processos revolucionários e a nova ofensiva das forças patrióticas de El Salvador.

A defesa da paz, como questão central do nosso tempo, surge com particular premência, agora que a NATO, sob insistente pressão dos EUA, sobrecarrega os seus orçamentos militares, e insistentemente se repetem perigosas declarações, como a do comandante supremo da NATO, Bernard Rodgers, que afirmou que os Estados Unidos devem aumentar a sua produção de armas químicas, enquanto o senador norte-americano Malcolm Wallop divulga que a administração Reagan vai fazer pressão para mais um rápido desenvolvimento de armas laser.

Neste contexto, a nomeação do general Alexander Haig para secretário de Estado, o posto com maior projecção prática do governo norte-americano, traduz muito das intenções do governo de Reagan no domínio da política externa, impondo um crescente reforço das forças da paz a nível mundial.

Quem é Haig?

As declarações de Reagan durante o período eleitoral, no que respeita à política externa, são inequívocas. Chegou ao ponto de defender expressamente, e mesmo glorificar, o papel das tropas norte-americanas no Vietnam.

A escolha de Haig coaduna-se totalmente com estas ideias. Também Haig afirma que a intervenção no Vietnam foi uma «causa nobre». Em 1970, ele e Kissinger recomendam a invasão do Camboja. No Natal de 1972, Haig preconiza o bombardeamento do Vietnam do Norte. Em 1973 surge como o principal entrave ao esclarecimento do escândalo Watergate. Entre 1974 e 1979, como comandante supremo das forças aliadas na Europa, foi promotor do ressurgimento da liderança norte-americana na NATO, desenvolvendo um sistemático anti-sovietismo.

«Negociar numa posição de força» ou fim da corrida aos armamentos

Nas múltiplas mensagens divulgadas na passagem do ano – em que a tónica formal foi a paz – duas se distinguiram, como opções diametralmente opostas, e pelo peso que têm no destino dos povos: as dos presidentes da União Soviética e dos Estados Unidos. Brejnev reafirmou as propostas soviéticas para o aprofundamento do desanuviamento e o fim da corrida aos armamentos. Reagan destacou que os Estados Unidos têm de ser «militarmente fortes» e que «negociar numa posição de força é melhor do que negociar apenas».

No plano das relações internacionais, ao ano de 1980 ficou marcado por um agravamento de tensões, pelo acentuar da corrida aos armamentos. As declarações e a prática da NATO e dos EUA – apesar de opiniões divergentes em certos aspectos – não trazem promessas de melhoria.

Esta seria entretanto uma visão profundamente unilateral e estreita. As linhas mestras da evolução da situação internacional não são neste momento determinadas pelo imperialismo. A consolidação dos processos revolucionários em países como Moçambique, Nicarágua, Etiópia, o ascenso das forças patrióticas em El Salvador, a batalha persistente dos povos da Europa pela paz, contra as consequências da crise, a política consequente da União Soviética e de toda a comunidade socialista, dão garantias de superação da difícil situação actual.

França em ano de eleições

Um clima pré-eleitoral determina já muito da vida política francesa, apesar de as eleições ainda não estarem propriamente à porta: o primeiro escrutínio deverá realizar-se em 26 de Abril e o segundo em 10 de Maio.

Sete anos após as últimas eleições presidenciais, este novo acto eleitoral comporta alguns elementos novos.

1) Em sondagem recentemente realizada, e pela primeira vez, Giscard D'Estaing, actual presidente francês, aparece ultrapassado pelo socialista François Miterrand. Assim, de acordo com a sondagem publicada pelo jornal "Le Quotidien de Paris", 51% dos inquiridos votariam em François Miterrand à segunda volta, enquanto apenas 49% dariam o seu voto ao actual presidente. São evidentemente dados falíveis, podem não passar de elementos de pressão sobre o eleitorado fomentados pelas próprias forças de direita, mas, em qualquer caso, constituem um indício a não ignorar.

2) Durante quase 20 anos, desde a 5.ª República, sempre se evidenciou no país uma instável polarização de forças, ainda que instável, reflectindo a unidade tanto das forças de direita como das forças de esquerda. Neste momento, em ambos os campos, essa unidade está quebrada.

A liderança no campo da direita tem sido o pólo de discussão nos últimos tempos entre a União para a Democracia Francesa (UDF), de Giscard D'Estaing, e o Rassemblement pour la Republique (RPR), de Jacques Chirac – os gaullistas, com cerca de 500 mil aderentes. Com a candidatura de Michel Debré, também do RPR, os gaullistas encontram-se divididos no plano eleitoral.

Na esquerda a unidade é também neste momento inexistente. Em 1965 e 1974, François Miterrand foi o candidato único da esquerda, apoiado por comunistas e socialistas (em 1974 recolheu 49,2 por cento dos votos.

Em 1969, quando os socialistas rejeitaram a proposta de unidade de acção com as outras forças de esquerda, e apresentaram um candidato separado – Gaston Defferre – recolheram apenas 5 por cento dos votos, enquanto Jacques Duclos, candidato pelo Partido Comunista Francês, teve 21,5 por cento. Neste momento os comunistas apresentaram já o seu candidato, Georges Marchais, secretário-geral do PCF.

A realidade da vida sociopolítica actual em França é particularmente difícil. Vive-se a agudizada crise do mundo capitalista. O desemprego atinge 2 milhões de pessoas. A inflação sobe imparavelmente. É evidente a tendência para limitar os direitos dos cidadãos. A resposta do governo de Giscard D'Estaing às reivindicações dos trabalhadores ficou bem ilustrada na intervenção da Marinha de Guerra contra os pescadores em greve. Entretanto, o terrorismo prolifera. Depois do atentado terrorista a uma sinagoga de Paris, em Outubro do ano findo, concretizaram-se mais 43 actos de violência, na sua maioria contra judeus, atingindo também as forças de esquerda, como foi o caso do fogo posto numa sede do Partido Comunista Francês, em Paris.

No mundo capitalista as eleições não reflectem, de forma alguma, a vontade popular. O caso de França é especialmente conhecido. É escandalosa a diferença de votos necessária, por exemplo, para eleger um deputado da esquerda ou um outro da direita. Assim, também nestas eleições, aparecerá muito diluída essa realidade de lutas e de resistência popular aos despedimentos, ao aumento do custo de vida, à aniquilação de ramos da indústria nacional, que tem sido a realidade quotidiana de França. A estreita margem por que a direita alcançou a vitória nas últimas eleições confirma que a vontade do povo francês nada tem a ver com a política oficial. Isso uma vez mais ressaltará nas próximas eleições, apesar do seu viciamento de fundo, e apesar da falta de unidade da esquerda.

O PCP e a Constituição

Constituição, revisão constitucional — tema em foco neste ano de 1981, depois da derrota da «AD» em 7 de Dezembro. Derrota da «AD» que foi, é bom lembrá-lo, também a derrota clara dos que queriam destruir ilegalmente a Constituição de Abril através do golpe referendário.

A posição do PCP sobre a Constituição é a posição do PCP sobre a revisão constitucional: uma posição que decorre da coerência de quem também fez a nossa Lei Fundamental, de quem consequentemente a defendeu nestes quatro anos e meio da sua vigência.

Como definimos a Constituição

O próprio conteúdo da Constituição explica a energia e o desespero da luta que contra ela moveram e movem as forças reaccionárias — **são palavras de Álvaro Cunhal insertas em «A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro», Relatório aprovado no VIII Congresso do PCP. Palavras ditas há quatros anos, escassos seis meses depois de ter entrado em vigor a Constituição de Abril.**

Mas palavras que permanecem actuais, atravessando estes quatro anos de ataques ao Portugal de Abril, estes quatro anos de defesa do regime democrático consagrado na Constituição.

Uma Constituição em que os deputados comunistas empenharam todo o esforço na sua concretização, uma Constituição que os deputados comunistas aprovaram, uma Constituição que os deputados comunistas defenderam na Assembleia da República.

Entretanto, uma Constituição que o PS e o PPD também aprovaram, e que o CDS rejeitou. Mas que uns e outros, nos governos que constituiram, atropelaram, ignoraram, sabotaram, violaram.

Este é um ano de revisão **constitucional** da Constituição. Contra os que a querem destruir, contra os que a querem rever inconstitucionalmente, há que lembrar que esta Constituição foi tomada possível pelo 25 de Abril. E é no fundo esta a realidade que a reacção quer destruir. As palavras de Álvaro Cunhal sobre a Constituição em «A Revolução Portuguesa, o Passado e o Futuro» ilustram-no bem.

A Constituição, no essencial, é democrática, é progressista e institui um regime ao qual são inerentes, nos termos da própria Constituição, as grandes transformações e realizações revolucionárias do Povo português depois do 25 de Abril.

A Constituição reflecte a libertação da ditadura e a condenação do fascismo. O preâmbulo (assim como passagens dos Art.ºs 273, n.º 2, 212, etc.) presta homenagem ao 25 de Abril e ao MFA, que «coroando a larga resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista». A Constituição proíbe as organizações de ideologia fascista (Art.º 46, n.º 2), determina a perda do mandato dos deputados por participação em tais organizações (Art.º 163), reconhece saneamentos e incapacidades cívicas a fascistas com particulares responsabilidades (Art.º 308).

A Constituição consagra as liberdades democráticas, e desenvolve-as amplamente, estabelecendo o princípio da não discriminação. «Ninguém pode ser privilegiado — diz o Art.º 13, n.º 2 — beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, **convicções políticas ou ideológicas**, instrução, situação económica ou condição social».

A Constituição estabelece a irreversibilidade da eliminação dos monopólios e dos latifúndios [Art.º 290, f)].

Estabelece que «todas as nacionalizações efectuadas depois de 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis das classes trabalhadoras» (Art.º 83, n.º 1).

E no que respeita às pequenas e médias empresas «indirectamente nacionalizadas», fora dos sectores básicos da economia, só poderão ser integradas no sector privado se os trabalhadores não optarem pelo regime de autogestão ou de cooperativa (Art.º 83, n.º 2).

A Constituição consagra como uma «incumbência prioritária» do Estado a realização da Reforma Agrária [Art.º 81, h)]. Determina «a expropriação dos latifúndios e das grandes explorações capitalistas» com a «transferência da posse útil da terra e dos meios de produção» para aqueles que a trabalham [Art.º 97, h)], admitindo a formação, nas propriedades expropriadas, tanto de cooperativas como de «outras unidades de exploração colectiva» (Art.º 97, n.º 2). E define a Reforma Agrária como «instrumento fundamental para a construção de uma sociedade socialista» (Art.º 96).

A Constituição consagra o controlo **operário e os direitos dos trabalhadores alcançados desde o 25 de Abril** e anuncia outros sob forma de princípios programáticos: o direito ao trabalho (Art.º 51, n.º 1), o dever de trabalhar (Art.º n.º 2), a liberdade de escolha de profissão (Art.º 51, n.º 3), o pleno emprego e a assistência aos desempregados [Art.º 52, a)], os despedimentos sem justa causa [Art.º 52, b)], o princípio de salário igual para trabalho igual [Art.º 53, a)], o direito a férias periódicas pagas [Art.º 53, b)], a actualização do salário mínimo nacional [Art.º 54, a)], a «criação de um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito» (Art.º 64), os direitos dos jovens, dos deficientes e dos velhos (Art.º 70, 71, 72), o direito à educação e à cultura (Art.º 73 e segs).

Se, no que respeita à **liberdade sindical,** a maioria na Assembleia Constituinte teve como objectivo revogar a lei da unicidade, abrindo caminho à intervenção dirigista e regulamentadora do Estado nos sindicatos existentes e à criação de sindicatos promovidos e controlados pelos partidos e pelo próprio patronato, não deixa de ser reconhecido o direito de organização sindical (Art.º 57) e o **direito à greve** (Art.º 59) acompanhado da proibição do *lock-out* (Art.º 60).

A Constituição consagra as Comissões de Trabalhadores como instrumentos de defesa dos seus interesses, para a «intervenção democrática na vida das empresas» e sua «mobilização para o processo revolucionário de construção do poder democrático dos trabalhadores (Art.º 55, n.º 1). Apesar de ter entrado em matéria regulamentar que não é própria da Lei Fundamental do País, fixando processos de funcionamento e de voto, a Constituição consagra amplos direitos das Comissões, incluindo «exercer o **controlo** de gestão nas empresas», «intervir na reorganização das unidades produtivas» e «participar na elaboração da legislação do trabalho» [Art.º 56, a), b, c, e d)].

As organizações populares (comissões e assembleias de moradores) são reconhecidas, embora a Constituição também tenha intervindo em matéria regulamentar (Art.º 264 e segs).

A Constituição consagra o processo da descolonização e a luta libertadora dos povos outrora submetidos ao colonialismo português, reconhecendo «o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo» (Art.º 7).

A Constituição consagra, como inerente à democracia portuguesa, o caminho do socialismo.

O preâmbulo afirma como objectivo e «decisão do Povo português» «abrir caminho para uma sociedade socialista». O Art.º 1 define a República Portuguesa como «empenhada na sua transformação na sociedade sem classes». «Abolir a exploração e a opressão do homem pelo homem» é indicado como uma das «tarefas fundamentais do Estado» [Art.º 9, c)].

O regime definido na Constituição é indicado como «fase de transição para o socialismo» (Art.º 89).

O «desenvolvimento das relações de produção socialista» é indicado como base da «organização económico-social da República Portuguesa» e como dever do Estado [Art.º 80 e 81, n)]. A apropriação colectiva dos meios de produção é referida em vários artigos (Art.ºs. 10, 50, etc).

O próprio conteúdo da Constituição explica a energia e o desespero da luta que contra ela moveram e movem as forças reaccionárias.

Sobre a revisão

O ano de 1981 vai ser um ano marcado pelo processo da revisão constitucional, de que há muito falam os partidos e os órgãos de comunicação social a eles ligados. Revisão que, afinal de contas, está na ordem do dia desde o momento em que a Constituição foi aprovada em Abril de 1976, sofrendo os ataques de muitos dos que aprovaram a lei fundamental do país para logo a porem em causa, a contestarem, a infringirem. De documento aparentemente «conquistado malgrado os trabalhadores», tornou-se, na boca dos que a passaram a ver como garantia das conquistas de Abril, em empecilho das suas intenções restauracionistas, em garantia afinal dos direitos dos trabalhadores que a têm sabido defender na adversidade dos últimos anos.

As grandes ofensivas contra as conquistas de Abril, contra as liberdades e contra o regime democrático, têm sido, simultaneamente, ofensivas contra a Constituição, atropelando-a, ignorando-a, atacando-a. Ao mesmo tempo se têm desenvolvido as manobras desestabilizadoras dos partidos de direita e dos seus porta-vozes instalados em órgãos de comunicação estatizada ou não, contra os órgãos de soberania que, de modo consequente, ou pontualmente, defenderam a legalidade e procuraram fazer respeitar o essencial da lei fundamental do país.

A derrota da direita e a revisão constitucional

A derrota sofrida pela direita nas eleições presidenciais veio alterar profundamente as esperanças que a coligação governamental investia numa revisão inconstitucional da Constituição.

Numa primeira fase, ao longo dos últimos anos, «as forças reaccionárias procuraram criar, através da acção governativa, uma situação inconstitucional, procuraram a revisão de facto antes da revisão formal e lançaram uma grande campanha para formalizar uma revisão inconstitucional da Constituição», conforme advertia o relatório do Comité Central ao IX Congresso, em Maio/Junho de 1979, exposto aos delegados pelo camarada Álvaro Cunhal. E o relatório sublinhava: **«O ataque global da reacção contra o regime democrático converge no ataque global à Constituição».** Vital Moreira, na tribuna do mesmo Congresso, recordaria que o ataque à Constituição vinha de longe, e a sua história era a história dos sucessivos fracassos de golpes reaccionários, desde a tentativa fracassada e conjunta de Spínola, Sá Carneiro e Palma Carlos, de fazer plesbicitar uma constituição à sua medida, antecipando-se à Assembleia Constituinte.

«Na elaboração da Constituição» – continuava o deputado comunista – «julgaram poder transformá-la em contra-revolução e fracassaram. Elaborada a Constituição, tentaram impedir a sua promulgação e pô-la em causa através do referendo – e foram vencidos. Promulgada a Constituição, tentaram diminuí-la declarando-a até inconstitucional – e caíram no ridículo. Iniciada a execução da Constituição tentaram lê-la por metade e sonegar a sua dimensão progressista – e não conseguiram. Tendo efectuado uma contra-revolução legislativa, procuraram transformá-la em Constituição «real» contra a Constituição legal – e não tiveram êxito».

Os meios que, na altura, a direita preconizava para uma revisão inconstitucional eram variados: procuravam antecipar a revisão, retirar à Assembleia da República a competência de a rever, ignorar os limites materiais de revisão, propunham já o referendo ligado ao resultado das presidenciais que ainda vinham longe. A derrota de Soares Carneiro e do projecto antidemocrático em 7 de Dezembro veio culminar a longa série de desaires que a direita sofreu neste campo. Nas novas condições, não desiste a reacção das suas tentativas de transformar a lei fundamental do país num diploma que sirva os seus interesses. Os meios serão outros. Os argumentos e as razões serão os mesmos: continuam a acusar a Constituição de dogmatismo e marcação ideológica (quando pretendem substituir o pretenso dogmatismo por um dogmatismo de direita); acusam-na de não ter o consenso dos portugueses (quando pretendem uma Constituição sectária à medida dos seus interesses de classe); responsabilizam-na pela crise (quando a crise resulta em larga medida da política anticonstitucional seguida pelos sucessivos governos); afirmam não ser a Constituição compatível com a entrada de Portugal na CEE (quando tal integração representaria o enfeudamento do nosso país aos interesses das multinacionais europeias).

A posição dos comunistas

Ainda no IX Congresso o PCP reafirmava que não punha em causa a legitimidade de uma revisão da Constituição, desde que tal revisão fosse efectuada dentro dos parâmetros constitucionais e legais: «É à Assembleia da República eleita em 1980 e só a ela que compete proceder à alteração da Constituição; qualquer alteração apenas pode ser efectuada mediante uma maioria de dois terços; qualquer revisão constitucional tem de observar os limites materiais indicados no artigo 290.º da Constituição».

E o Relatório do CC adiantava:

«Quem quer que coloque a revisão da Constituição fora deste quadro legal e obrigatório coloca-se numa atitude ilegal e subversiva preparatória de um golpe de Estado. «As liberdades e direitos dos trabalhadores, a eliminação dos monopólios e dos latifúndios, as nacionalizações e a Reforma Agrária são conquistas irreversíveis, parte inalienável e condição de existência da democracia portuguesa. Não podem ser postas em causa por qualquer revisão constitucional».

O programa eleitoral do PCP, elaborado para as eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980, pronunciava-se pela defesa dos seguintes princípios essenciais na revisão constitucional:

– Reforço e aperfeiçoamento do regime dos direitos, liberdades e garantias e enquadramento constitucional dos deveres fundamentais dos cidadãos;

– Defesa do estatuto da organização económica e do projecto de transformação social contido na Constituição;

– Manutenção da interdependência, equilíbrio e complementaridade dos órgãos do Poder no quadro de um sistema misto como o actual, evitando quaisquer alterações de fundo tendentes a transformar o regime democrático português num regime presidencialista ou parlamentarista;

– Caso desapareça o Conselho da Revolução (o que o PCP não considera obrigatório), transferência das suas competências fundamentais para outros órgãos, existentes ou a criar, que permita a continuação legítima e necessária dos militares de Abril em órgãos de soberania;

– Reforço dos poderes da Assembleia da República perante o Governo, com o reforço da reserva absoluta de competências, o condicionamento de autorizações legislativas e o estabelecimento de uma hierarquia dos actos legislativos, com supremacia das leis da Assembleia da República.

Iniciativas

O Secretário-Geral do PCP, na entrevista que concedeu ao «Avante!» no número anterior, revelaria que os comunistas preparam e farão propostas de revisão, insistindo na necessidade de respeitar os limites formais e materiais que a própria Constituição estabelece.

No seguimento, aliás, do que o Comité Central do PCP aprovara na sua última reunião, expressando a prontidão dos comunistas na AR em cooperar com o PS e com outros democratas com o objectivo de defender a Constituição no próprio processo da sua revisão, e alertando contra tentativas de envolver o PS em «acordos de regime» com a «AD» visando o sacrifício de quaisquer dos princípios fundamentais da democracia portuguesa», o camarada Álvaro Cunhal sublinharia o perigo de um «acordo contra o regime»:

É de recear – afirmou – **que, para conseguir reentrar na área do Poder, Mário Soares possa fazer de alterações constitucionais moeda de troca em negociações com a «AD».**

E diria também:

O necessário para que a revisão da Constituição tenha lugar nos termos legais e não afecte o regime democrático, não é o entendimento entre o PS e a «AD», mas o entendimento entre todos os democratas, designadamente entre o PS e o PCP.

O Secretário-Geral do nosso Partido, sublinhando embora que os comunistas são favoráveis a uma revisão, adiantou entretanto que bastaria um entendimento entre os partidos democráticos para que nenhuma alteração antidemocrática à Constituição pudesse ter lugar. **Na base de tal acordo** – disse – **seria muito fácil «negociar» os termos da revisão constitucional legal e democrática com todos os partidos representados na AR sem excepção.**

A negociação dos termos da revisão entre todos os partidos sem excepção não está, obviamente, nas intenções dos partidos da coligação reaccionária.

Procuraram nos últimos tempos, na Assembleia da República, através de discursos velados ou de declarações políticas, afastar do debate os comunistas. Se a derrota de 7 de Dezembro lhes não viesse tolher os passos, prescindiriam do Partido Socialista. Hoje, que o referendo está excluído, entoam cantos de sereia em direcção das bancadas do PS. As esperanças abertas pela Revolução de Abril, as conquistas da democracia e dos trabalhadores que encontram na Constituição a sua garantia formal não podem, porém, desvanecer-se em negociações conjunturais com os inimigos de Abril.